



FÁBIO DA SILVA SANTOS

**ELEMENTOS PARA A LEITURA DO PROBLEMA MORAL
EM SARTRE**

LAVRAS-MG

2023

FÁBIO DA SILVA SANTOS

ELEMENTOS PARA A LEITURA DO PROBLEMA MORAL EM SARTRE

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa pós-graduação em Filosofia, área de concentração em Filosofia Contemporânea, para a obtenção do título de Mestre.

Dr. Renato dos Santos Belo

Orientador

LAVRAS-MG

2023

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Santos, Fábio da Silva.

Elementos para a leitura do problema moral em Sartre / Fábio
da Silva Santos. - 2023.

53 p.

Orientador(a): Renato dos Santos Belo.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de
Lavras, 2023.

Bibliografia.

1. Sartre. 2. Moral. 3. Ego. I. Belo, Renato dos Santos. II.
Título.

FÁBIO DA SILVA SANTOS

**ELEMENTOS PARA A LEITURA DO PROBLEMA MORAL EM SARTRE
ELEMENTS FOR THE READING OF THE MORAL PROBLEM IN SARTRE**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa pós-graduação em Filosofia, área de concentração em Filosofia Contemporânea, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADO em 28 de junho de 2023.
Prof. Dr. Luiz Roberto Takayama /UFLA
Prof. Dr. Roney Wagner Vieira/ UNIFEI

 Documento assinado digitalmente
RENATO DOS SANTOS BELO
Data: 08/07/2023 08:58:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Renato dos Santos Belo
Orientador

**LAVRAS – MG
2023**

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, prof. Dr. Renato dos Santos Belo. Ao prof. Dr. Luiz Roberto Takayama. Ao prof. Dr. Roney Wagner Vieira. Aos professores com que tive aulas, a todos professores do Programa de pós-graduação em filosofia. Agradeço especialmente à minha mãe Eva auxiliadora pelo apoio, a minha futura esposa Elaine Andrade pelas escutas. Agradeço à Universidade Federal de Lavras – UFLA, Agradeço a FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais), pela concessão da bolsa de estudos, que tornou possível a realização do Mestrado.

Muito Obrigado!

“A realidade-humana é livre porque não é o bastante, porque está perpetuamente desprendida de si mesma, e porque aquilo que foi está separado por um nada daquilo que é e daquilo que será. [...]. A liberdade é precisamente o nada que é tendo sido no âmago do homem e obriga a realidade-humana a fazer-se em vez de ser.” (Jean-Paul Sartre)

RESUMO

A presente dissertação objetiva elencar os elementos conceituais para a interpretação do problema moral em Sartre. O filósofo francês no decorrer de suas produções filosóficas de âmbito epistemológico, fenomenológico e ontológico parece indicar uma ressonância ética. Isso fica evidente na conferência “*O existencialismo é um humanismo*” (1945), da qual partimos para a primeira análise. Sartre apresenta a sua posição ético-existencial de que a subjetividade humana é a única responsável pelo seu ser, isto é, antes da ação, o homem não é nada. A recusa do filósofo das leis divinas, bem *a priori* e a moral alheia está pautada na ausência de determinações e essências prévias que definam o que é a natureza humana. A condição humana é liberdade, a qual fundamenta todos os valores em situação. Não há nada externo ou interno que determine e substancialize a subjetividade. Nesse viés, investigamos em “*A Transcendência do Ego*” (1936), as severas críticas do jovem Sartre às concepções filosóficas que introduzem a presença de um ego transcendental ou material na imanência da consciência, sendo refutadas pelo conceito fenomenológico de consciência intencional. Essa caracteriza pela espontaneidade do movimento sempre ao mundo exterior, objeto, sem qualquer princípio egológico responsável pela síntese e unificação das vivências. A purificação do campo transcendental preserva a soberania da consciência, ou seja, a sua liberdade como o alicerce da moral. O que nos leva à análise da obra de maturidade “*O Ser e o Nada*” (1943), propriamente o capítulo I “*Estrutura imediatas do Para-si*”, de maneira a compreender a razão do modo de agir do ser para-si ao trazer o valor ao mundo. De acordo com Sartre, o homem, por estar aberto a um não-ser, ao nada, transcende perpetuamente em busca de uma identidade valorativa, o si, a fim de coincidir consigo mesmo, alcançar a plenitude totalizadora do seu ser como o ser em-si. Os estudos propõem mostrar como os conceitos de consciência intencional, liberdade, valor, ser em-si, ser para-si, subjetividade, ego e o nada, dão sustentabilidade para a interpretação de uma ética existencial em Sartre.

Palavras-chave: Ego. Ética. Fenomenologia. Intencionalidade. Sartre.

ABSTRACT

The present dissertation aims at listing the conceptual elements for the interpretation of the moral problem in Sartre. The French philosopher in the course of his epistemological, phenomenological and ontological philosophical productions seems to indicate an ethical resonance. This is evident in the conference "Existentialism is a Humanism" (1945), from which we start for the first analysis. Sartre presents his ethical-existential position that human subjectivity is solely responsible for his being, that is, before action, man is nothing. The philosopher's refusal of divine laws, a priori good, and the morality of others is based on the absence of determinations and previous essences that define what human nature is. The human condition is freedom, which is the foundation of all values in situation. There is nothing external or internal that determines and substantializes subjectivity. In this vein, we investigate in "The Transcendence of the Ego" (1936), young Sartre's severe criticism of philosophical conceptions that introduce the presence of a transcendental or material ego in the immanence of consciousness, which is refuted by the phenomenological concept of intentional consciousness. This is characterized by the spontaneity of the movement always to the external world, the object, without any egological principle responsible for the synthesis and unification of the experiences. The purification of the transcendental field preserves the sovereignty of the consciousness, that is, its freedom as the foundation of morality. This leads us to the analysis of the mature work "Being and Nothingness" (1943), specifically chapter I "Immediate Structure of the Paras-self", in order to understand the reason for the mode of action of the Paras-self in bringing value to the world. According to Sartre, man, by being open to a non-being, to nothingness, perpetually transcends in search of a value identity, the self, in order to coincide with himself, to reach the totalizing plenitude of his being as the being-in-itself. The study proposes to show how the concepts of intentional consciousness, freedom, value, being-in-itself, being-for-itself, subjective, ego, and the nothing, provide sustainability for the interpretation of an existential ethics in Sartre.

Keywords: Ego. Ethics. Phenomenology. Intentionality. Sartre.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	09
2.	CAPÍTULO 1	13
2.1	Subjetividade e moralidade em Sartre.....	13
3.	CAPÍTULO 2.....	27
3.1	Consciência intencional e ego em Sartre.....	27
4.	CAPÍTULO 3.....	39
4.1	A transcendência do Ser Para-si na constituição da identidade valorativa.....	39
5.	CONCLUSÃO.....	47
	REFERÊNCIAS.....	51

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de pesquisa analisa os elementos fundamentais para o entendimento do problema moral em Sartre. O filósofo existencialista francês aponta que a essência do homem é a liberdade, da qual deriva os valores e a responsabilidade individual. Essa posição marcou a sua filosofia existencialista, tendo como lema que a existência precede a essência, o que significa que não há nenhuma determinação prévia, princípios metafísicos e valores que orientem e definem previamente o que é homem. A vida está pautada num acontecimento gratuito e absoluto, cabendo a cada subjetividade fundamentar a própria identidade valorativa como ser-no-mundo.

Sartre em sua filosofia moral enfatiza duas categorias fundamentais: a liberdade absoluta e a responsabilidade radical. O homem está condenado a ser livre, o que significa ser totalmente responsável pelas fundamentações dos valores a partir de suas escolhas e ações. Essa consideração se opõe à moral cristã, para a qual Deus seria a causa da essência humana, por isso, a necessidade de cada subjetividade obedecer aos seus mandamentos. Sartre, também, se opõe de certa maneira à moral de Kant, a qual defende a primazia da razão em relação à existência situacional. A autonomia moral do homem kantiano se baseia na autodeterminação da vontade segundo os deveres *a priori* da razão, os imperativos categóricos, desprezando as circunstâncias relacionais das vivências imediatas.

A ausência de um projeto divino no âmago do homem, a inexistência de valores *a priori* e a negação de toda moral alheia, em prol da liberdade ontológica e absoluta do homem encerram num problema moral em Sartre. O homem não é, ele se faz em situação. O que é o homem em seu ser para fazer-se emergir a essência da existência conjuntamente com os valores? Não há mandamentos divinos, conjunto de deveres *a priori* e moralismo alheio, os quais possam legitimar e intermediar as escolhas e ações. O homem é liberdade. O único imperativo ético existencial possível para Sartre deve ser o que cada subjetividade de forma gratuita e livre cria para si mesma em situação.

Para compreender quais são os elementos conceituais que influenciaram a posição moral de Sartre, de que só existe, essência humana, valor e liberdade sempre em situação. A pesquisa busca analisar a sua trajetória acadêmica de produções filosóficas, os estudos do jovem Sartre sobre a fenomenologia, o que implicará na defesa de uma consciência como pura espontaneidade em “*A Transcendência do ego*” de 1936, e na obra de maturidade “*O ser e nada*” de 1943, a fim de compreender as razões do modo de agir humano em relação a si mesmo e ao mundo em busca da identidade valorativa.

Nessa perspectiva, a dissertação encontra-se estruturada em três capítulos, os quais tratam diferentes momentos de suas produções filosóficas, porém convergindo com a proposta de investigação, isto é, trazer à luz os elementos fundamentais para a leitura do problema moral em Sartre.

O primeiro capítulo “Subjetividade e moralidade em Sartre” assume o caráter introdutório, tendo como foco de investigação a noção de subjetividade desprovida de substancialização e determinações na fundamentação dos valores, em “*O existencialismo é um humanismo*” de 1945. Nessa conferência, seguida de debate, Sartre procura responder a uma série de críticas levantadas contra o existencialismo, ao mesmo tempo que põe nova luz sobre conceitos tão exaustivamente desenvolvidos na obra “*O Ser e o Nada- Ensaio de Ontologia Fenomenológica*” de 1947.

Todas as críticas que o filósofo francês escolhe responder na conferência são de cunho moral, assumindo como instrumento filosófico a primazia da existência sobre a essência. Nada existe sem a relação autônoma do homem consigo mesmo e com o mundo. A liberdade implica que não há uma essência ou propósito pré-determinado para a existência humana. A autonomia da liberdade marca, dentro da corrente filosófica existencialista, que o indivíduo está completamente separado de Deus e de princípios normativos *a priori* alcançados pela razão. O homem inventa os seus valores subjetivamente sempre em situação, sendo responsável pelas consequências de suas escolhas.

Sartre rejeita a noção de que existem princípios morais absolutos ou preceitos da razão prática *a priori* que devem ser seguidos de forma universal. Cada pessoa é livre para criar seus próprios valores e determinar suas ações através do exercício da liberdade em situação. A moralidade é uma questão de escolha individual. Sartre enfatiza a subjetividade como expressão da liberdade na construção de valores, na tomada de decisões e nas avaliações morais.

O capítulo II, intitulado “Consciência intencional e ego em Sartre”, trata de analisar a compreensão da liberdade humana como movimento da consciência intencional, a qual se encontra desprovida de uma estrutura egológica no seu campo de imanência. Investiga-se o ensaio “*A Transcendência do Ego: Esboço para uma Descrição Fenomenológica*” (1936), no qual Sartre refuta às concepções filosóficas que postulam a presença de um ego operador na imanência da consciência. Com o objetivo de preservar a consciência como pura transcendência, Sartre adota o conceito de consciência intencional elaborado por Edmund Husserl. Toda consciência é consciência “de” alguma coisa, a qual se projeta intencionalmente para a exterioridade, sem a necessidade de um princípio egológico responsável pela síntese e unificação das experiências de mundo.

Sartre propõe a purificação do campo de imanência da consciência transcendental de uma vida interior, com representações, sensações e conteúdo. A filosofia crítica de Kant, o cogito de Descartes e o ego transcendental de Husserl são refutados através da concepção de consciência intencional. O jovem francês conclui a partir do método fenomenológico uma concepção de consciência impessoal. No artigo chamando a “*Uma ideia fundamental da fenomenologia de Husserl: a Intencionalidade*” de 1939, Sartre reforça a sua posição sobre a espontaneidade da consciência, qual seja, de que tudo se encontra no mundo exterior a ela. Assim, não há identidade pessoal ou ego na consciência como operador, regulador e unificador das vivências intencionais.

O ego se caracteriza para Sartre como um objeto psíquico transcendente à consciência, símbolo das personalidades dos estados, ações e qualidades. De acordo com Sartre, o aparecimento do ego como um existente no mundo parte da reflexão da consciência reflexiva sobre a irrefletida, ou seja, o ego se faz presente a partir da lembrança das experiências de atos intencionais.

As refutações de Sartre das teorias que defendem a existência de um ego formal e material na consciência têm ressonâncias éticas tanto na “*Transcendência do ego*”, quanto em obras posteriores de Sartre, como em sua obra “*O Ser e o Nada*”. Evidencia-se que Sartre elabora a própria interpretação da fenomenologia, da qual emerge com a ontologia, a concepção de sujeito como ser-no-mundo aberto às possibilidades de transcendência em busca de sua identidade valorativa.

Por fim, o capítulo III, “A transcendência do Ser Para-si na constituição da identidade valorativa”, dedica análise da obra “*O Ser e o Nada*”, especificamente o capítulo intitulado “*As estruturas imediatas do Para-si*”, cujo objetivo será de compreender o modo de agir humano como ser-no-mundo aberto ao não-ser, o qual traz o valor ao mundo. A descrição existencialista da condição humana desprovida de valores dados de antemão, atribui ao sujeito a responsabilidade pela criação de sua essência valorativa. A interpretação fenomenológica de consciência como impessoal abre para uma interpretação ontológica da realidade humana como uma fissura em seu ser pelo “nada”. Assim, surge uma ontologia fenomenológica a respeito da realidade humana, como liberdade e o perpétuo transcender da consciência em busca de algo que ele não é.

Sartre faz distinção entre homem e seres em geral, respectivamente ser para-si e o ser em-si. Esse compreende os objetos, seres em geral, que são pura positividade, não buscam e nem se relacionam com o nada, simplesmente são o que são. Enquanto o ser para-si, sendo o ser que é o que não é e não é o que é, a ele falta o “si”, a coincidência consigo mesmo. Essa é a

razão da consciência ser liberdade, a falta de ser lhe condiciona ao movimento intencional. Por isso, todo esforço de Sartre em refutar as filosofias da imanência do ego. Caso houvesse ego ou qualquer substancialização, a consciência seria fechada em si mesma, não haveria razão de transcender, justamente por ser plena positividade.

O modo de agir do ser humano decorre da falta de ser o que não é. O que o ser para-si almeja é o valor, o ser do si. Em busca de completar o vazio ontológico, sem jamais alcançar a coincidência consigo, o homem faz de sua vida uma obra de arte através de cada valor, inédito, composto das escolhas e ações. A consciência reflexiva desempenha um papel moral, na afirmação ou negação dos valores instituídos. Ela posiciona as experiências intencionais da consciência irrefletida, ou seja, o valor, atribuindo mérito e demérito às suas vivências intencionais.

Em sua abordagem existencialista, fenomenológica e ontológica, Sartre parece propor ambições éticas em contraposição às concepções morais tradicionais. O que é o homem em seu ser para criar a sua própria essência desgarrada de deus, valores estabelecidos a priori, das regras alheias e do ego pensante. O homem não é nada, antes de escolher e agir em situação, o valor é o próprio homem, do qual está condenado a assumir a responsabilidade totalizadora pelas ações, as quais envolvem toda a humanidade. Os elementos conceituais elaborados por Sartre sobre liberdade, existência, valor, ser em-si, ser para-si, ego e o nada, a consciência intencional, dão sustentabilidade para a compreensão de uma possível teoria ética existencial em Sartre.

CAPÍTULO I

1.1 Subjetividade e moralidade em Sartre

Na conferência de 1946, *O existencialismo é um humanismo*, Sartre procura responder a uma série de críticas levantadas contra sua posição existencialista, ao mesmo tempo que põe nova luz sobre conceitos tão exaustivamente desenvolvidos na obra “*O Ser e o Nada*” de 1943. Embora o francês apresente considerações de alguns conceitos fundamentais para a nova doutrina, como liberdade, angústia, subjetividade, valor, moral, de modo vulgarizado ou superficial, interessa-nos de tal conferência o tratamento da noção de subjetividade como liberdade (espontaneidade) na invenção e constituição de valores.

Sartre (1970) concebe a subjetividade como ponto de partida da existência humana. Por ela o sujeito se constitui como um ser consciente que percebe e percebe o mundo à sua volta. A subjetividade passa a ser concebida como um processo contínuo de intencionalidade no mundo. Nesse viés, pelo qual o francês apresenta sua concepção filosófica, coloca-se a liberdade como centro da invenção humana, como exercício pleno da subjetividade no mundo, “ou se quiser, que temos de partir da subjetividade humana.” (SARTRE, 1970, p.5).

A concepção de ação moral sartreana entende a história humana subjetiva como resultado de escolhas e ações: “o que queremos dizer é que um homem nada mais é do que uma série de empreendimentos, que ele é a soma, a organização, o conjunto das relações que constituem esses empreendimentos.” (SARTRE, 1970, p. 29). Entretanto, a dificuldade de uma moral existencialista encontra-se em compreender que o valor de uma ação só aparece por e quando essa mesma ação foi escolhida sem preceitos deterministas, *a priori* e metafísicos.

Assim, não existe natureza humana, já que não existe um Deus para concebê-la. O homem é tão-somente, não apenas como ele se concebe, mas também como ele se quer; como ele se concebe após a existência, como ele se quer após esse impulso para a existência. O homem nada mais é do que aquilo que ele faz de si mesmo: é esse o primeiro princípio do existencialismo. É também a isso que chamamos de subjetividade: a subjetividade de que nos acusam. (SARTRE, 1970, p.10).

Não há uma moralidade universal e objetiva que antecipe e defina a natureza humana (BORNHEIM, 2007). A subjetividade marca a expressão da liberdade humana na criação de valores e significados das experiências. “O homem, tal como o existencialista o concebe, só não é passível de uma definição porque, de início, não é nada: só posteriormente será alguma coisa e será aquilo que ele fizer de si mesmo.” (SARTRE, 2010, p.10). Para Sartre, os valores não são objetivos ou universais, mas são subjetivos e situados.

O homem encontra-se no mundo sem qualquer moralidade *a priori* ou determinação prévia (SILVA, 2012). Cada indivíduo torna-se responsável pela invenção da moralidade a partir da autonomia da subjetividade. Não há naturezas ou escalas de valores pré-estabelecidas que se antecipem às escolhas da realidade humana. Por essa razão, Sartre critica severamente a moral tradicional que pressupõe a existência do bem e do mal, verdade e engano, moral e imoral como entidades absolutas (BORNHEIM, 2007). Como bem sublinha Leopoldo e Silva (2019, p.24):

Ora, a indeterminação existencial, ou a liberdade radical, não condiz com tabelas de verdades éticas previamente existentes. *Quando dizemos que o Paraíso não é o que é e é o que ainda não é, essa concepção de subjetividade anula todas as referências estáveis que porventura poderiam fornecer parâmetros de opção.* Escolher radicalmente não significa escolher entre opções já existentes ou mesmo escolher a partir de valores já existentes. A escolha existencial só pode ser invenção, tanto da criação quanto do critério da ação. (grifo nosso).

O valor moral ganha objetividade por meio da invenção subjetiva, “e a escolha é sempre uma escolha numa situação determinada.” (SARTRE, 1970, p.40). Não há determinações externas e internas que causem absolutamente a escolha disso ou daquilo, o que contraria severamente as concepções filosóficas de uma ética baseado em categorias morais *a priori*, formais ou materiais, e um Deus provedor do destino (LEOPOLDO E SILVA, 2019). É graças à liberdade como condição absoluta e ontológica do homem na contingência mundana e na gratuidade fundamental que o valor ganha legitimidade e sentido (BORNHEIM, 2007).

A liberdade é a essência do ser humano, requer escolha e ação, é uma forma de se fazer ininterruptamente. Sartre não concebe a liberdade como o senso comum, como se fosse livre apenas o que faz o que quer, nem mesmo realização do desejo pela vontade. A ausência de obstáculos não significa ser livre, justamente por não se relacionar com as condições do mundo real que o sujeito se encontra em situação (SOUZA, 2019).

Nesse viés, a moral existencialista se opõe a duas vertentes que, igualmente, ignoram os preceitos da doutrina existencialista: a moral religiosa e as escolas filosóficas que amparam nossas ações em leis formais. No primeiro caso, porque não há uma tábua de conteúdo que, previamente às escolhas, poderiam decidir o valor moral de uma ação. No segundo caso, porque a obediência a princípios formais resultaria, similarmente, em antecipar o valor de uma ação por critérios exteriores à própria ação como escolha subjetiva.

A concepção clássica do homem como um ser substancial está relacionado com noções de natureza humana, moralidade alheia, deveres e papéis sociais. Toda concepção que define a essência humana ou antecipa a existência da realidade humana se portam como verdades

absolutas e universais. Entretanto, nada existe, nem na terra ou no céu inteligível, antes que o homem se realize como projeto.

Para Sartre a vida não tem um propósito *a priori*, o homem está só, sem justificativa prévia pelo destino que der a si mesmo. Que dizer que, “o homem faz-se; ele não está pronto logo de início; ele se constrói escolhendo sua moral; e a pressão das circunstâncias é tal que ele não pode deixar de escolher uma moral”. (SARTRE, 1970, p. 39). Isso decorre do fato de que não existe um valor *a priori* ou essência, pois são resultados da atividade do projeto pelo qual cada pessoa é livre e inteiramente responsável (SILVA, 2012). Por isso, o lema existencialista, “a existência precede a essência”, pois “o homem é um projeto que se vive a si mesmo subjetivamente ao invés de musgo, podridão ou couve-flor; nada existe antes desse projeto; não há nenhuma inteligibilidade no céu, e o homem será apenas o que ele projetou ser. (SARTRE, 1970, p.10)

Efetivamente, Sartre insiste nesse ponto de partida que, à primeira vista, poderia soar óbvio ao conjunto dos existencialistas: a existência precede a essência. Embora todos os existencialistas, de Jaspers a Sartre, passando por Marcel e Heidegger, reconheçam esse adágio, é legítimo, ainda, explicá-lo, uma vez que, segundo Sartre, esses filósofos não extraíram as máximas consequências desse ponto de partida.

De acordo com a filosofia existencialista de Jean-Paul Sartre, a “existência precede a essência”, isso significa que a existência de um objeto, por exemplo, seja determinada por uma ideia prévia, ou seja, pela intenção e ação do seu criador, a mesma coisa não acontece com a realidade humana. Um artesão que cria um objeto, como um corta-papel, deve estar consciente da finalidade e utilidade desse objeto (SARTRE, 1970), atribui significado e propósito para sua existência. Sob essa perspectiva existencialista, o artesão elabora o objeto tendo uma compreensão consciente do propósito existencial da essência do objeto.

A natureza do corta-papel exige que ele seja previamente concebido por seu artífice antes de sua própria fabricação. Isso equivale a dizer que a essência do corta-papel é anterior a sua fabricação, a sua existência. Sartre quer indicar que, embora os existencialistas assumam que, para a realidade humana, a existência precede a essência, ao contrário do que ocorre com o corta-papel, eles não extraem disso suas reais consequências.

Com efeito, se a existência precede a essência, nada poderá jamais ser explicado por referência a uma natureza humana dada e definitiva; ou seja, não existe determinismo, o homem é livre, o homem é liberdade. Por outro lado, se Deus não existe, não encontramos, já prontos, valores ou ordens que possam legitimar a nossa conduta. Assim, não teremos nem atrás de nós, nem na nossa frente, no reino luminoso dos valores, nenhuma justificativa e nenhuma desculpa. (SARTRE, 1970, p.11).

Admitir que, para a realidade humana, a existência precede a essência significa recusar a ideia de natureza humana, e, com isso, padrões de condutas e leis morais *a priori*. O que significa que a natureza humana não é algo inato ou pré-determinado. Ao contrário de objetos inanimados, como um corta-papel, os seres humanos não têm uma essência pré-definida ou um propósito fixo. Em vez disso, o indivíduo está no mundo para criar sua própria essência através de suas escolhas e ações subjetivas (LEOPOLDO E SILVA, 2019).

Não há uma verdade universalmente estabelecida sobre o que é certo ou errado, justo ou injusto. O homem está no mundo em estado bruto, cabendo a si mesmo esculpir a própria essência, o que envolve a criação de um projeto originário, sendo o único responsável pelo que decide, dizendo sim ou não (SILVA, 2012). Entretanto, para a doutrina cristã, o homem vem ao mundo em perfeito estado pelo criador, defendendo a dependência moral do homem na obediência da vontade divina.

O existencialista, pelo contrário, pensa que é extremamente incômodo que Deus não exista, pois, junto com ele, desaparece toda e qualquer possibilidade de encontrar valores num céu inteligível; não pode mais existir nenhum bem *a priori*, já que não existe uma consciência infinita e perfeita para pensá-lo; não está escrito em nenhum lugar que o bem existe, que devemos ser honestos, que não devemos mentir, já que nos colocamos precisamente num plano em que só existem homens. (SARTRE, 1970, p.17).

O pensamento cristão parte de uma tábua de valores que serve de referência para uma vida terrena boa e feliz. O homem sartreano, como ser inacabado, encontra-se no mundo consciente e responsável de ser o seu próprio fundamento. Deus não existe, também, não há valores metafísicos que legitimam a conduta (DA SILVA, 2012). A essência não está dada de antemão, nada existe interior ou exterior, que pré-define a natureza humana a determinado começo e fim existencial.

A concepção moral sartreana elimina toda fundamentação sobrenatural das relações valorativas pela responsabilização dos homens pela construção de suas histórias (SILVA, 2012). O homem não surge no mundo com uma alma, essência, ideia inata ou algum eu que o determine a ser o que é (LEOPOLDO E SILVA, 2019). A purificação do homem das concepções tradicionais permite a Sartre concebê-lo como produtor de estados e ações, a partir de uma subjetividade que situa livremente no mundo.

O valor depende inteiramente das escolhas e ações singulares, pois o sujeito age totalmente livre de imperativos morais divinos. Como existencialista, Sartre mostra a coerência da autonomia moral do homem divorciado da crença e de uma ordem divina. Se Deus não existisse, tudo seria permitido, escreveu Dostoiévski, então, tudo é permitido pelo homem, já que não há Deus (SARTRE, 1970).

Neste panorama, a figura de Deus ou de qualquer fonte de verdade, torna-se obsoleta pela dimensão ontológica em que as escolhas adquirem o sentido de valor. Assim, havendo ou não um Deus, ele se colocará, por necessidade, à margem dos negócios humanos, não podendo, para além de qualquer *suprema bondade*, nos salvar. (NOBERTO, 2014, p.172).

A moral existencialista baseia-se nessa realidade dupla: o ser humano é aquilo que faz e não há deus para fundamentar suas escolhas. Caso Deus ou qualquer outro ser místico precedesse a existência, haveria certo determinismo na vida dos homens e na definição de sua natureza humana. Além disso, a predominância da vontade infinita sobre as demais vontades finitas isentaria a singularidade humana pelos valores prévios de aprovação e censura antes do homem ser e estar no mundo.

Como explica Sartre (1970), no entanto, o existencialismo não é um movimento ateu, pois mesmo que Deus existisse o ser humano continuaria a ser uma questão para si mesmo. Como dito pelo francês, a não existência de Deus decorre do fato de, para a realidade humana, a existência precede a essência. A ética se torna possível edificada pela autonomia da subjetividade, cada indivíduo é livre para criar sua própria essência através de suas escolhas e ações. (LEOPOLDO, 2019).

Sartre retomou a velha questão da tradição filosófica sobre a relação entre essência e existência para mostrar filosoficamente que o homem é a razão de si mesmo. Ao questionar a primazia da subjetividade, Sartre buscava afirmar a centralidade da liberdade e da responsabilidade individual na constituição da essência valorativa. A liberdade como expressão dos atos subjetivos em situação potencializa a realização do que será chamado de moral e imoral. Como destaca o trabalho de Marcelo Norberto (NORBERTO, 2017, p. 23):

A ética não é mais encarada como uma possibilidade a se confirmar; o anúncio já se encontra no exercício da liberdade humana. Contudo, essa mesma liberdade que a solicita impõe um limite que a constrange: a impossibilidade de determinação, tanto *a priori* quanto na dimensão prescritiva da ação. Esse é o sentido profundo da afirmação sartriana de que o homem está sempre “do outro lado do mundo”, sempre além de qualquer disposição, mesmo daquela oriunda da totalização produzida pelo seu projeto de ser, tanto quanto na vã ambição de autonomia do sujeito moderno.

O sujeito, por não ter uma natureza ou propósito predefinido, não pode escapar da obrigação de criar sua própria essência, identidade, e sentido para a vida. Cada singularidade vive subjetivamente as experiências de maneira particular “pois queremos dizer que o homem, antes de mais nada, existe, ou seja, o homem é, antes de mais nada, aquilo que se projeta num futuro, e que tem consciência de estar se projetando no futuro.” (SARTRE, 1970, p.11). Por certo, o exercício da subjetividade no processo existencial diz respeito ao exercício da liberdade na criação valorativa da essência humana.

A liberdade garante ao homem as possibilidades de se transcender rumo ao próprio futuro na invenção de valores independentemente de deveres ou inclinações pessoais (BUENO, 2007). Nada justifica a razão de não ser livre, o prisioneiro, por exemplo, é livre para tentar a fuga da prisão ou o homem livre para recusar servir na guerra. O que o indivíduo não pode realizar é abdicar de sua liberdade, de modo a conferir a si mesmo causalidade pela facticidade (LEOPOLDO E SILVA, 2019).

Não somos o fundamento da nossa liberdade, não há como escolher ser ou não livre, pois a liberdade é a condição inerente do ser humano (NOBERTO, 2014). “É o que posso expressar dizendo que o homem está condenado a ser livre. Condenado, porque não se criou a si mesmo, e como, no entanto, é livre, uma vez que foi lançado no mundo, é responsável por tudo o que faz”. (SARTE, 1970, p. 18). É inevitável exercer a liberdade, mesmo que as escolhas e ações possam ser limitadas pelas condições adversas que a pessoa possa enfrentar, exemplo, do conflito, a fragilidade, resistência.

Essa liberdade de escolha não significa que o homem viva a agir a esmo, de qualquer maneira, imprevisivelmente, fazendo não importa o que queira, a qualquer momento, sujeito a uma série de impulsos arbitrários, caprichosos e gratuitos. Agir livremente não quer dizer “agir de maneira tal que pudesse ser de outra maneira” (PERDIGÃO, 1995, p. 105).

A liberdade de escolha, de acordo com Sartre, não implica em agir aleatoriamente, puramente arbitrária ou até mesmo irracional. Agir livremente corresponde assumir um propósito consciente, levando em conta as consequências dos valores instituídos. A responsabilidade absoluta coloca cada indivíduo a par de escolhas e ações como alicerce do valor moral.

A capacidade de atribuir valor ao êxito ou fracasso pela subjetividade deriva da ausência de determinação fixa sobre o homem, diferentemente de uma pedra, caneta, planta. O homem é o que faz de si mesmo, como senhor do seu destino, em toda circunstância concreta ocorre o exercício da liberdade. Caso a liberdade de escolha seja suprimida em nome de Deus, vontade, razão, entre outros fatores externos e internos, é razoável acreditar que, todas as ações possam ser justificadas, por algo que interferiu no resultado almejado (SILVA, 2010).

Ser livre implica, por exemplo, transcender as alternativas oferecidas ao preso pelo carcereiro ou do cidadão de não aceitar a convocação obrigatória à guerra pelo Estado. A outra pessoa como um indivíduo pode desafiar e limitar a liberdade, ou podemos vê-la como um objeto a ser julgado e controlado por nós (PERDIGÃO, 1995). Todavia, a liberdade jamais desaparece pela presença de obstáculos, ainda que pareçam incontornáveis, pois são condições adversas que o projeto existencial deve superar.

Nesse viés, ser livre não significa obter o que se busca ou deseja (BUENO, 2007). A liberdade é a essência do ser humano, requer escolha e ação, é uma forma de se fazer ininterruptamente (SARTRE, 1970). Assim, “somos sempre livres para reconhecer o Outro como uma liberdade que me julga e limita a minha liberdade ou, ao contrário, como um objeto à mercê de nosso juízo” (PERDIGÃO, 1995, p. 99). O sujeito entra em confronto com a sua própria liberdade, justamente pela responsabilidade pelo que faz de si em situação.

Assim, “a liberdade é indispensável à descoberta de minha facticidade”. Apenas porque é absolutamente liberdade que o homem pode significar seu lugar, seu passado, os outros e as coisas. A concretude aparece com tal valor e importância porque nossa liberdade a dota de tal significado, e não porque ela se impõe a nós dessa maneira. A imposição que existe, e que não é ignorada por Sartre, é assimilada pelo homem, numa assimilação que não se distingue da transformação, do ultrapassamento. (SOUSA, 2010, p.25).

O homem não encontra limites radicais sobre a sua liberdade, nem determinações físicas ou psicológicas, pois apenas ela mesma pode limitá-la. O que permite ao filósofo tratar o homem como detentor da liberdade em situação existencial, livre para transcender as situações limites ou se conformar a elas. Nesse viés, a autonomia da subjetividade cria uma autêntica moralidade.

A liberdade individual permite que cada pessoa determine seus próprios valores, princípios e propósitos na vida. Em contraste com uma moralidade imposta externamente por princípios universais ou regras objetivas. A autonomia da subjetividade se projeta para uma ética pessoal, a qual surge da responsabilidade e da liberdade individual. Segundo Sartre, não existem regras ou princípios morais preestabelecidos que possam ser aplicados universalmente.,

A subjetividade tanto cria valores quanto se opõe aos critérios morais da tradição como sociedade, religião e princípios *a priori*. É no agir que o sujeito se descobre como produtor de uma moral totalizadora, pois a liberdade se torna sinônimo da libertação, num fazer-se livre devido à falta de completude (BORNHEIM, 2007). Nessa perspectiva, a liberdade é a condição da autodescoberta do homem num mundo de possibilidades para transcender a si mesmo.

A liberdade que sou é o único fundamento a que posso me apegar. Não sofro imposições éticas de fora: ao contrário, eu é que faço a imposição, exijo e constituo o valor. Sou eu quem dá sentido às coisas, que me proíbe disso ou daquilo, que considera isso significante e aquilo não, etc. Os valores dependem de mim e são aquilo que eu houver decidido que sejam. Para que o certo e o errado existam para mim é preciso que minha consciência intencione constituí-los como tais. (PERDIGÃO, 1995, p. 113).

A ética trata-se de uma construção a partir da liberdade de escolher seus próprios valores subjetivos. O homem escolhe e age como presença perante os índices de adversidades, tendo total autonomia para (re)significar a própria realidade sob a qual fundamenta os valores. A

dificuldade de uma moral existencialista encontra-se em compreender que o valor de uma ação só aparece por e quando essa mesma ação foi escolhida em liberdade.

Não há imposições externas, código moral ou ético universalmente válido, e cada indivíduo é responsável por criar sua própria moralidade. Assim, o sujeito deve assumir a responsabilidade na construção de seus valores sem se esconder atrás de desculpas, justificativas e limitações. A recusa de Sartre às teorias éticas que visam legitimar o conceito de bem e mal, justo do injusto, virtude do vício por critérios metafísicos e formais parte de sua concepção de subjetividade.

Nosso autor considera o homem na sua liberdade e deste modo é a partir da subjetividade que o Para-si vai escolher e valorar cada conduta. Podemos dizer que é por existirem os outros que vislumbramos a necessidade de uma ética, mas a conduta ética do homem sartreano não é por causa do outro, mas sim uma consequência da liberdade e da responsabilidade do indivíduo. A conduta ética em Sartre se dá de dentro para fora, ou seja, não há imposições externas, mas é o sujeito que, ao inserir-se no mundo, vai eleger e fundamentar seus próprios valores. (BUENO, 2007, p. 99).

As decisões e ações humanas são tomadas em um contexto situacional, que envolve fatores como o ambiente social, histórico e cultural, bem como as circunstâncias específicas em que o indivíduo se encontra. E nenhum valor materializado poderá ser dito insignificante, já que corresponde à legítima escolha e ação na concretude existencial. Isso significa que o sujeito intenciona livremente a criação dos próprios valores, sem seguir ou estar determinado por normas *a priori*, sociais e expectativas.

A gênese do valor a partir das atitudes concretas dispensa um ideal de valor metafísico e materialista que se sobrepõe à liberdade humana (LEOPOLDO E SILVA, 2019). A busca de justificativas para as ações deve-se apenas ao agente moral como autor e espectador das próprias condutas. Os valores são frutos de escolhas e ações da subjetividade concomitante às situações.

As escolhas são sempre singulares, radicalmente livres, sem qualquer imperativo interno, amparo alheio ou metafísico. Sartre desconsidera a ética cristã, por outorgar ao indivíduo uma essência que se submeta a valores metafísicos, visto que, não há destino pronto, nem natureza humana (SILVA, 2012). A ausência de desculpas pelo que o homem faz de si mesmo, também, marca a oposição de Sartre ao alemão Immanuel Kant, na conferência “*O existencialismo é um humanismo*”.

Kant afirma que a liberdade quer a si mesma e a liberdade dos outros. Certos; *mas ele considera que o formal e o universal bastam para constituir uma moral. Nós pensamos, pelo contrário, que princípios abstratos demais não conseguem definir a ação. [...] Não existem meios para julgar. O conteúdo é sempre concreto e, por conseguinte, imprevisível; há sempre invenção. A única coisa que importa é saber se a invenção que se faz se faz em nome da liberdade.* (SARTRE, 1970, p. 43 - *grifo nosso*).

A condição do agir livre de princípios morais divinos, leis convencionais e a obediência a consciências alheias são fundamentais tanto em Kant quanto em Sartre. Além disso, a liberdade que cada um deseja para si, também, deve querer e assegurar para todos como um direito fundamental da dignidade humana. Contudo, a moral kantiana desconsidera as condições concretas da criação do valor em prol da formalização da razão, a qual determina *a priori* a condição do agir moral.

A razão se porta como representação das leis ou máximas morais, cabendo a boa vontade o dever de agir de acordo com esses princípios *a priori* que o filósofo chama de imperativo categórico (KANT,1974). Agir de acordo com os princípios da razão, independentemente de quaisquer interesses pessoais ou consequências particulares, o sujeito kantiano despreza todas as determinações sensíveis, leis da natureza, paixões e inclinações. Por isso, pode se falar em ser moralmente livre ao seguir os ditames da razão prática. Dar a si mesmo a lei prática. Assim, a primazia do valor dada pela razão aparece como condicionante da futura escolha e ação em cumprimento do dever. Como sublinha o alemão em sua obra “*Fundamentação da Metafísica dos Costumes*”:

[...], uma ação praticada por dever tem o seu valor moral, não no propósito que com ela se quer atingir, mas na máxima que a determina; não depende portanto da realidade do objeto da ação, mas somente do princípio do querer segundo o qual a ação, abstraindo de todos os objetos da faculdade de desejar, foi praticada. (KANT, 1974, p. 208).

Na concepção kantiana a ação só é moralmente correta caso o sujeito aja por dever sem ter em vista o resultado pessoal, desejos e inclinações. As escolhas realizadas naquilo que a razão requer como dever, a boa vontade, legítima o valor moral da ação em liberdade. Assim, Kant buscou desenvolver uma teoria ética que fosse independente de qualquer influência empírica, cultural e natural, em que o princípio da moralidade está fundamentado *a priori* na razão prática.

A lei moral dada pela razão em Kant leva em conta o princípio humanidade, racionalidade e universalidade, que todos os seres racionais são capazes de elaborar e aplicarem. Sartre faz jus à empatia e ao respeito pela dignidade da pessoa humana, embora não compactue com uma ética que se aparta em certa medida das condições existenciais de dor, sofrimento e revolta, em situação. Pois, “tudo se passa como se, para todo homem, toda humanidade tivesse olhos postos no que ele faz e se regulasse pelo o que ele faz.” (SARTRE, 1970, p. 8).

A ética em Sartre está correlacionada à contingência, adversidades e situações da realidade humana. Por isso, a liberdade corresponde à própria essência do homem, que a princípio nada é, vai se definir por suas escolhas e ações a partir de cada situação específica

(PERDIGÃO, 1995, p. 90). Em razão disso, o filósofo francês desconsidera a razão como princípio de universalização da condição humana, onde o critério de avaliação da ação antecipa as condições das experiências subjetivas.

Aos olhos de Sartre, Kant não resolve a questão da emancipação moral por inferir o valor da lei por antecipação à situação contingente, social e histórica da realidade humana. Por isso, Sartre recusa a universalidade das máximas morais da razão, primeiro, porque a universalidade da lei ignora a subjetividade diante do fato presente; segundo, porque ignora a contingência do sujeito, que se interpõe no caminho da realização do universal (NOBERTO, 2014).

De certo, Sartre, para abordar a moral, parte do princípio da compreensão da subjetividade em situação, pois, “toda liberdade está em situação, e não há situação sem liberdade”. (BORNHEIM, 2007, p. 118). Assim, a situação se estabelece sobre um pano de fundo da facticidade, a qual cabe apenas ao homem atribuir valor moral a sua escolha e ação diante dos obstáculos e resistências, sejam eles de ordem social, política, intelectual, cultural.

A ética sartreana se baseia na autonomia da subjetividade sempre em circunstâncias concretas imediatas. Sob essa ótica, o imperativo kantiano passa a ser negado devido ao fundamento ético não estar condicionado à situação das relações concretas. A razão kantiana termina por proferir *a priori* as ações louváveis anteriores às consequências das ações e escolhas, propriamente da constituição do valor em ato. A formalização das máximas *a priori* restringe a subjetividade a determinações prévias na negação da realidade humana em situação existencial.

Na concepção moral de Sartre não há valores ou fins universais que possam guiar nossas ações sem antes passar pelo crivo da liberdade em situação. O que une arte e moral é que ambas envolvem criação e invenção, nada pode ser decidido *a priori* o que fazer (SARTRE, 1970). Assim, ser moralmente livre para Sartre não é agir segundo os preceitos da razão prática *a priori*.

A título de exemplo, Sartre conta a história de um jovem em dúvida em relação ao projeto existencial. Em busca de conselhos, a saber, se deveria ir à guerra, lutar pela França ou confortar a mãe e deixar de vingar os companheiros, se desespera por conselhos e conceitos prévios. As morais alheias são vastas, pode seguir a orientação de um padre, amigo, professor ou até mesmo a filosofia moral de Kant. Qual moral escolher? A moral por prescrições e representações da lei *a priori*? As escolhas que podem ser alcançadas no plano inteligível são múltiplas, porém os valores só são legítimos para Sartre por serem contemporâneas às ações.

Sartre não rejeita o tratamento à dignidade humana por critérios racionais e universais, mas a proposta de Kant de uma essência racional. Em outras palavras, a proposta de natureza humana via formalizações racionais. É a ação para Sartre que define o homem, ainda que provisoriamente, justamente pela ausência de um modelo prévio.

Ao afirmarmos que o homem se escolhe a si mesmo, queremos dizer que cada um de nós se escolhe, mas queremos dizer também que, escolhendo-se, ele escolhe todos os homens. De fato, não há um único de nossos atos que, criando o homem que queremos ser, não esteja criando, simultaneamente, uma imagem do homem tal como julgamos que ele deva ser. (SARTRE, 1970, p. 12).

O homem sartreano se porta na existência dono de uma subjetividade autônoma responsável pela construção de si sem dispensar a dignidade humana do próximo. “A identificação da subjetividade com a liberdade nesse nível de radicalidade resulta em outro elemento importante na ligação entre ontologia e ética: a responsabilidade”. (Leopoldo e Silva, 2019, p. 26). Sartre deixa claro o compromisso ético que cada um deve assumir com outros na própria escolha singular, o que marca um ponto crucial de uma ética que apesar de pessoal, transcende o individualismo solipsista (NOBERTO, 2014).

[...], a subjetividade que alcançamos a título de verdade não é uma subjetividade rigorosamente individual, visto que, como já demonstramos, no cogito eu não descubro apenas a mim mesmo, mas também os outros. Através do penso, contrariamente à filosofia de Descartes, contrariamente a filosofia de Kant, nós nos apreendemos a nós mesmos perante o outro, e o outro é tão verdadeiro para nós quanto nós mesmos. Assim, o homem que se alcança diretamente pelo cogito descobre também todos os outros, e descobre-os como sendo a própria condição de sua existência. (SARTRE, 1970, p. 32-33).

O valor moral apesar de uma realização singular, ele emerge de uma subjetividade que desvela a partir da intersubjetivamente, pois o indivíduo se encontra em condições sociais, culturais e históricas. “Assim, descobrimos imediatamente um mundo que chamaremos a intersubjetividade, e é neste mundo que o homem decide sobre o que ele é e o que são os outros.” (SARTRE, 1978, p. 16). Nesse sentido, o *cogito* na concepção sartriana não se trata de uma descoberta solipsista, de um “eu penso”, mas da apreensão da liberdade em condição factual de reconhecimento existencial de outras, ao mesmo tempo, que atribui a própria essência, visto que, não há orientação prévia (NOBERTO, 2014).

A invenção do valor pauta numa escolha original em situação, sem nenhum bem a priori ou justificativa *a priori*, o que pode parecer absurdo do ponto de vista racional kantiano. A responsabilidade moral pela invenção de si implica a maneira como o sujeito destina a sua liberdade. Segundo Sartre (SARTRE, 1970) a acusação de que pretende limitar a subjetividade

em planos individuais não procede com a sua filosofia existencialista, pois a responsabilidade transcende o mero individualismo da essência valorativa através do engajamento.

O homem é determinado por seus atos. Só a ação permite ao homem viver. O ponto de partida é, pois, a subjetividade. Na verdade, as coisas serão como o homem tiver decidido que devem ser, pois realidade só há na ação do homem. Desta maneira, a filosofia de Sartre é uma filosofia da ação, do engajamento decidido. O que conta é o engajamento, o compromisso total. (ZILLES, 1995, p. 61- Apud BUENO, 2007, p. 32).

O homem assume a responsabilidade pelo modelo de homem que cria pelo ato subjetivo (BORNHEIM, 2007). Sartre enfatiza a responsabilidade que cada um tem pelas escolhas subjetivas, tendo forte impacto humanístico. Embora, o valor surja como propriedade de uma criação subjetiva espontânea em situação, a responsabilidade é muito maior que cada pessoa pode suportar, pois a escolha envolve toda humanidade (LEOPOLDO E SILVA, 2019).

Sartre (1970) ao falar da primazia da existência sobre a essência, de um sujeito que faz de si mesmo através da liberdade apresenta também as condições necessárias para uma moral do engajamento como uma situação histórica, contingente e concreta. A liberdade aparece no engajamento como expressão da subjetividade (PERDIGÃO, 1995). O encontro do sujeito através das relações intersubjetivas está marcado pelo engajamento, de aderir singularmente a um partido, manifestação ou guerra, ao objetivo compartilhado por um grupo (SILVA, 2012).

A moral da ação e do engajamento ganha autenticidade valorativa a partir da liberdade exercida em situações desprovida de verdades metafísicas, dever e valores *a priori*. Os homens se engajam de maneira criativa num jogo dialético intersubjetivo afirmando o compromisso e responsabilidade entre si. Assim, pode se falar num reconhecimento de consciência livres que se colocam numa dimensão ética.

Os homens são capazes de serem éticos, não por Deus ou pela razão comum, mas por serem livres e se reconhecerem em liberdade. Kant baseia a ética em princípios racionais universais, Sartre enfatiza a subjetividade e a liberdade individual como fonte de valores éticos. Essas perspectivas são distintas, mas ambas têm como objetivo fornecer uma base para a responsabilidade moral, pois, “escolher ser isto ou aquilo é afirmar, concomitantemente, o valor do que estamos escolhendo, pois não podemos nunca escolher o mal; o que escolhemos é sempre o bem e nada pode ser bom para nós sem o ser para todos. (SARTRE, 1970, p. 12). Nesse sentido, podemos dizer que há uma universalidade do homem; mas ela não é dada, é indefinidamente construída.” (SARTRE, 1978, p. 17).

A moral ser torna possível em Sartre pelo homem que se faz responsável por si e pelos outros, o compromisso ético sem Deus, formalização de leis ou natureza humana prévia

“significa que só podemos contar com o que depende da nossa vontade ou com o conjunto de probabilidades que tornam nossa ação possível” (SARTRE, 1970, p. 12). O indivíduo é sempre livre para se conformar a certa situação ou transcendê-la em comunhão coexistencial em busca de justiça, democracia, guerra, por exemplo (SILVA, 2012).

Sartre quer uma moral que se integre a sua concepção de liberdade, subjetividade e valor, com forte impacto humanístico. Uma concepção de ação moral que entende a história humana subjetiva como resultado de escolhas e ações: “o que queremos dizer é que um homem nada mais é do que uma série de empreendimentos, que ele é a soma, a organização, os conjuntos das relações que constituem estes empreendimentos”. (SARTRE, 1973, p. 20). A responsabilidade não pode ser ignorada ou negligenciada, pois trata do exercício da liberdade singular em agir com consciência ética.

O valor como propriedade de uma criação subjetiva em situação, a responsabilidade é muito maior que cada pessoa pode suportar, pois a escolha envolve toda a humanidade. O homem assume a responsabilidade pelo modelo homem que cria pelo ato subjetivo (BORNHEIM, 2007). Assim, a condição de ser por essência livre significa estar no mundo de maneira indeterminada pelo nada que se é, sem padrões, destino e mandamentos metafísicos, ao mesmo tempo, responsável pelas consequências das escolhas em situação.

Com efeito, a concepção de homem a partir da existência permite a Sartre tanto destrinchar as consequências éticas quanto apresentar a noção de uma subjetividade purificada, ou seja, livre de fundamentos internos e externos. Não há uma essência fixa ou pré-determinada para o ser humano. Em vez disso, a subjetividade deve ser fiel a condição de ser liberdade absoluta na transcendência.

A partir do sujeito livre de categorias predicativas de sua essência, que a moral existencialista difere das demais concepções morais clássicas. A doutrina cristã defende a primazia da essência em decorrência da criação divina do homem, o que mostra certa incoerência da invenção valorativa, para Sartre, pois a essência precede a existência. Enquanto, a moral kantiana se baseia em princípios abstratos e universais, sem levar em consideração as situações concretas, a moralidade para Sartre não pode ser reduzida a princípios formais abstratos. Por isso, Kant não resolve a questão da emancipação moral com a razão prática, justamente pelos valores deixarem de ser contemporâneos às ações.

Assim, não há uma moral universalmente válida, mas cada indivíduo deve criar sua própria moralidade a partir das escolhas e ações. Não há nada anterior à existência que determine e justifique uma escolha entre outras possibilidades (SARTRE, 1970). A subjetividade por ser espontaneidade se dirige ao mundo sem a influência de fatores externos

ou determinações naturais. Em outras palavras, a subjetividade não é algo fixo, ela se movimenta e se desvela na existência através das escolhas e ações, cabe à autonomia singular fundamentar os valores sem fundamentos na esfera moral, religiosa, social e política (LEOPOLDO E SILVA, 2019).

Análise filosófica da conferência “*O existencialismo é um humanismo*” possibilitou o entendimento da noção de subjetividade como liberdade ou espontaneidade na invenção de valores. Sartre mostrou-se insatisfeito com tal conferência de 1945, por não ter conseguido sintetizar as problematizações, teses e conceitos da obra de maturidade “*O Ser e o Nada*”, 1943, ainda sim, contribui de maneira introdutória para prosseguir de forma peculiar na pesquisa da subjetividade (consciência) desprovida de substancialização, no ensaio “*A Transcendência do Ego*” de 1936, do jovem Sartre.

CAPÍTULO 2

2. 1 Consciência intencional e ego em Sartre

Em *E.H.* Sartre explora a noção de subjetividade a partir do sujeito como um ser-no-mundo¹. Na relação indissolúvel entre existência e situação é que os valores surgem através das escolhas e ações, pois a essência não se resolve no interior de uma predicação do sujeito. A liberdade como expressão da consciência refere que nada pode agir sobre o seu campo de imanência, senão ela mesma. Com isso, Sartre pretende assegurar uma subjetividade desprovida de um ego formal e material, como princípios norteadores das experiências intencionais.

Nessa perspectiva, tomamos como investigação a obra “*A transcendência do Ego – Esboço de uma descrição fenomenológica*”, de 1936, onde a preocupação de Sartre se encerra não só em purificar a consciência das correntes filosóficas que introduzem o ego em sua estrutura, como evitar implicações éticas negativas. Nesse viés, a partir de uma psicologia fenomenológica, o jovem francês busca defender e reconstruir a noção de sujeito sem ego.

Sartre é enfático logo no início em *Transcendência do Ego* na afirmação da tese de que o ego não está nem formalmente na consciência, contra Kant e Husserl, e nem materialmente, em oposição aos teóricos moralistas e psicólogos. O ego surge transcendentemente à consciência, no mundo, assim como ocorre com os demais objetos. De que maneira Sartre justifica a concepção de um ego exterior à consciência?

A contribuição da fenomenologia de Edmund Husserl para a construção da fenomenologia existencialista de Sartre consta em suas obras literárias e filosóficas, com elogios e críticas ao filósofo alemão (SILVA, 2004). Um dos conceitos que Sartre assume como uma espinha dorsal de sua filosofia é o conceito de consciência intencional. A concepção defende que toda consciência é consciência “de” alguma coisa, em outras palavras, não existe

¹ Ser-no-mundo refere-se um dos aspectos da existência humana para o filósofo Alemão Martin Heidegger. O homem é um ser-no-mundo/ser-em-situação, ou seja, que está sempre em relação a alguma coisa, seja um objeto, pessoa ou a si mesmo. Sartre se apropria desse conceito em sua filosofia fenomenológica existencialista na concepção de homem, como pode ser verificado no artigo, “*Uma idéia fundamental da fenomenologia de Husserl: a intencionalidade, publicado em 1945*”, encontra-se a seguinte passagem: “A filosofia da transcendência nos lança sobre a grande estrada, no meio de ameaças, sob uma obcecante luz. Ser, diz Heidegger, é ser no mundo. Compreendeis este “ser-no” no sentido de movimento. Ser, é manifestar-se no mundo, é partir de um nada de mundo e da consciência para de repente se manifestar-consciência-no-mundo. Que a consciência tente se recuperar, de coincidir enfim com ela mesma, imediatamente, se fecham às janelas, ela se aniquila.” (SARTRE, 2005, p.6).

consciência que não seja consciência posicional de um objeto ou de si mesma. Num artigo de juventude, expõe Sartre (205 p. 106):

[...] vós teríeis compreendido o sentido profundo da descoberta que Husserl exprime na sua famosa frase: “Toda consciência é consciência de alguma coisa”. [...] A filosofia da transcendência nos lança sobre a grande estrada, no meio de ameaças, sob uma obcecante luz. Ser diz Heidegger, é ser no mundo. Compreendeis este “ser-no” no sentido de movimento. Ser, é manifestar-se no mundo, é partir de um nada de mundo e da consciência para de repente se manifestar-consciência-no-mundo. [...] Essa necessidade para a consciência de existir como consciência de outra coisa que ela, Husserl a nomeia de intencionalidade.

Essa passagem de um curto artigo, “*Uma ideia fundamental da fenomenologia de Husserl: a intencionalidade*”, de 1939, ilustra bem o que Sartre compreende por consciência e que aprofundará nas suas produções filosóficas de maturidade. A soberania da consciência se caracteriza como um movimento para fora de si sem nada operante internamente. Nesse sentido, toda consciência é intencional, ou seja, está sempre em relação a algum objeto transcendente ou recordação da consciência sobre algo vivenciado.

A consciência para Sartre não é uma coisa ou receptáculo que abriga representações e conteúdo da experiência, nem se define como algo substancial, ela é apenas um movimento, o modo de olhar, dirigir-se em direção às coisas no mundo. “Husserl não se cansa de afirmar que não se pode dissolver as coisas na consciência” (SARTRE, 2005, p. 106). Assim, a intencionalidade é o deslizar da consciência para o objeto sem substancializar-se ou perder-se como consciência.

A consciência não desaparece no objeto transcendente, ambos são dados ao mesmo tempo (SILVA, 2004). As árvores na terra seca, os galhos secos, a raiz em meio à poeira, não são absorvidas para a interioridade da imanência, “pois a consciência não tem ‘dentro’; ela não é nada senão o fora dela mesma e é essa recusa absoluta, essa recusa de ser substância que a constitui como uma consciência”. (SARTRE, 2005, p. 106). Como pura intencionalidade, não existe nada operando dentro e nem por detrás da consciência.

A noção de intencionalidade desempenha um papel central na *Transcendência do Ego* contra todas as filosofias que defendem a pessoalidade da consciência (CARRASCO, 2013). O jovem francês reforça na obra propriamente, assim como em *Intencionalidade* que a consciência, “pela intencionalidade ela se transcende, ela se unifica à medida que escapa de si própria.” (SARTRE, 2010, p. 106). A consciência não tem necessidade de um ego por ser capaz de transcender e refletir sua própria existência, ao mesmo tempo, que visa o objeto transcendente (BOCCA; DA SILVA, 2019).

Ora, Husserl respondeu a questão. Depois de ter considerado que o Eu era uma produção sintética e transcendente da consciência (nas Investigações lógicas), ele retornou, nas *Idéias*, à tese clássica de um Eu transcendental que estaria como que por detrás de cada consciência, que seria uma estrutura necessária dessas consciências, cujas irradiações (Ichstrahl) alcançariam cada fenômeno que se apresentasse no campo da atenção. Assim a consciência transcendental se torna rigorosamente pessoal. Esta concepção seria mesmo necessária? Ela é compatível com a definição que Husserl dá de consciência? (SARTRE, 2010, p. 186-187).

A crítica ao pensamento de Husserl de “*Idéias I*”² parte exatamente da conclusão de um ego originário na consciência após a redução fenomenológica.³ O erro de Husserl para Sartre foi contrariar as suas conclusões presente em “*Investigações Lógicas*”⁴, quando, corretamente para Sartre, afirmava a impessoalidade da consciência e a conseqüente rejeição do ego puro como pólo unificador das vivências. Segundo Sartre (2013), uma consciência se estrutura como pura, uma vez que não precisa de nada que inicie e sintetize a sua intencionalidade

O descontentamento de Sartre com o Husserl posterior às “*Investigações lógicas*” aponta para certo idealismo do fenomenólogo alemão ao justificar a necessidade de um eu transcendental como uma estrutura necessária da consciência (CARRASCO, 2013). Isso porque a consciência não teria a condição de realizar a síntese das vivências, o que legitimaria o ego como operador e ponto de partida da intencionalidade. Entretanto, a fenomenologia, para Sartre, seria mal sucedida, seguindo as novas diretrizes do pensamento de Husserl, por tornar a consciência obscura, pesada e pessoal, com o ego, resultando no oposto de sua pureza, leveza e espontaneidade.

Com a intenção de salvaguardar a estrutura da consciência impedindo-a de ser substancializada pelo ego, Sartre defende a noção de consciência impessoal, ou pré-pessoal, através da concepção de intencionalidade. A consciência está vazia de qualquer conteúdo, os movimentos intencionais em direção aos objetos transcendentais são acompanhados e unificados pela própria consciência. A defesa de uma consciência que projeta e unifica-se

² A abreviatura < “*Idéias I*” > para obra “*Idéias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica*”, de Edmund Husserl.

³ Segundo Franklin Leopoldo (2004, p.37-38) “nas “*Investigações Lógicas*” Husserl havia concebido o *Eu* como uma “produção sintética e transcendente da consciência”; nas “*Idéias*” ele concebe um *Eu transcendental* como estrutura necessária anterior a cada consciência. Seria o *Eu puro* que resiste à redução”, que permanece idêntico e que não pode ser considerado no mesmo plano do vivido, mas deve ser visto como *dado fenomenológico*. Sartre interpreta a posição de Husserl como uma duplicação transcendental do *Eu* psíquico, procedimento que ele considera desnecessário e um retrocesso em relação à concepção anterior de consciência transcendental.”

⁴ A abreviatura < “*Investigações lógicas*” > para a obra: “*Investigações para fenomenologia e a teoria do conhecimento*,” de Edmund Husserl”.

autonomamente em *Transcendência do Ego* torna-se fundamental para o entendimento do ego exterior. Como sublinha Silva (2014, p. 22):

A concepção fenomenológica da intencionalidade da consciência é, para Sartre, a grande descoberta de Husserl. Por ela entendemos que a consciência não é uma coisa ou uma forma, um receptáculo de conteúdos ou um sistema lógico de captação de realidades, mas um simples movimento na direção das coisas. Intencionalidade significa, para Sartre, que a consciência é um fora, que ser consciente significa ir em direção às coisas e que apreendê-las não equivale a prendê-las na substancialidade do ego metafísico ou encerrá-las nas possibilidades do Eu sistêmico e transcendental.

Sartre acredita ter condições suficientes para refutar as filosofias da vida interior, idealistas, pela noção de intencionalidade. Ela purifica a ideia de conteúdo na imanência, pois a consciência não é uma substância, coisa pensante ou ente lógico, mas um fluxo de movimento intencional para o objeto intencionado. A soberania da consciência e o mundo preservados, pois “tudo é claro e lúcido na consciência: o objeto está diante dela com sua opacidade característica, mas ela é puramente e simplesmente consciência de ser consciência deste objeto, esta é a lei de sua existência”. (SARTRE, 2010, p. 188).

A introdução de um ego transcendental responsável pela unidade e formalização dos atos intencionais no campo transcendental retira a espontaneidade da consciência. A atividade intencional da consciência de estar sempre voltada para algo, e retornar o ato intencional para si mesma, de maneira autônoma mostra a irrelevância do ego. A fenomenologia husserliana liberta a consciência de um eu puro, pois, “não há nada nela, salvo um movimento para fugir de si, um deslizamento para fora de si; se, pela impossibilidade, vós entrades “numa” consciência, vós seríeis agarrado por um turbilhão e rejeitado para fora, perto da árvore, [...]” (SARTRE, 2005, p. 6). Com o conceito de consciência intencional, conforme a interpretação sartriana, todos os conteúdos, valores, emoções, inclusive o ego, são exteriores à consciência.

Assim, Sartre leva às últimas consequências a noção fenomenológica de consciência intencional, de maneira a sustentar a tese do ego transcendente. “É a própria consciência que se unifica e concretamente por meio de um jogo de intencionalidades “transversais” que são retenções concretas e reais de consciências passadas.” (SARTRE, 2013, p. 188). Contra as filosofias do ego material ou formal (transcendental), as quais consideram um vínculo necessário entre consciência e ego, é que o jovem Sartre se posiciona em *Transcendência do Ego*.

Primeiro, Sartre dirige aos neokantianos franceses que pretendem dar um tratamento ao ego como um ser real. A filosofia crítica de Kant⁵ sugere que o eu penso acompanha as representações do sujeito, trata-se de uma questão de direito (SARTRE, 2013). Essa função lógica de possibilidades das sínteses das experiências, os neokantianos contemporâneos propuseram, também, que o “eu penso” se faz presente em cada ato de consciência.

O neokantismo, empírio-criticismo e intelectualismo, a exemplo de Brochard, almeja fazer do eu penso de Kant uma entidade real na consciência transcendental e a responsável pela constituição da consciência empírica (SARTRE, 2010). A filosofia crítica de Kant propõe o ego como um ser ideal, cuja função é unificar todas as sínteses do entendimento e da experiência (SILVA, 2004). O alemão com a filosofia crítica legitima o ego lógico como uma função de direito, mas caso queira levar a existência real do ego em relação à consciência trata-se de uma questão de fato, assim, adverte Sartre (2013, p. 185), “o Eu que encontramos em nossa consciência é tornado possível pela unidade sintética de nossas representações, ou é ele que unifica, de fato, as representações entre si?”

Otimista com a fenomenologia, que Sartre (2010) chama de ciência dos fatos⁶, o retorno às próprias coisas por meio da intuição pode solucionar a presença ou não do ego na consciência. Aos olhos de Sartre a consciência se relaciona intencionalmente com o mundo enquanto objeto fenomênico não se limitando em descrever as possibilidades lógicas *a priori* do conhecimento, a exemplo de Kant, nem mesmo impulsionada pelo ego transcendental (SILVA, 2004). Husserl mostrou em “*Ideias I*” que após a redução fenomenológica não se

⁵ A referência precisa de Sartre da obra “*Crítica da razão pura*” de Kant, corresponde: “§16) “Da unidade originariamente sintética da apercepção”, da Dedução Transcendental. Segue da seguinte forma a questão de direito que Kant levanta para Sartre. “O eu penso deve poder acompanhar todas as minhas representações; se assim não fosse, algo se representaria em mim, que não poderia, de modo algum, ser pensado, que o mesmo é dizer, que a representação ou seria impossível ou pelo menos nada seria para mim. A representação que pode ser dada antes de qualquer pensamento chama-se intuição. Portanto, todo o diverso da intuição possui uma relação necessária ao eu penso, no mesmo sujeito em que esse diverso se encontra. Esta representação, porém, é um ato da espontaneidade, isto é, não pode considerar-se pertencente à sensibilidade”. (KANT, 2001, p. 157 - B152).

⁶ Numa nota de rodapé diz Sartre (2010, p. 184), “Husserl diria: uma ciência de essências. Mas, do ponto de vista em que nos colocamos, isso significa a mesma coisa.” Segundo CARRASCO (2013), Sartre assume as consequências de sua posição por ver na fenomenologia o recurso analítico para a descrição da experiência da consciência no mundo, embora Husserl conceba como ciência eidética, em descrever as essências após epoché (suspensão do julgamento sobre a existência do mundo externo) para a consciência. Sartre utiliza a fenomenologia de forma existencialista, focando a consciência como uma experiência subjetiva e ativa. Assim, a consciência não é apenas uma observadora passiva das essências, mas está constantemente envolvida na criação e significação do mundo.

verifica um ego transcendental ou puro na consciência, o que levaria a fenomenologia ao idealismo transcendental (SARTRE, 2010).

O campo transcendental da consciência dispensa o eu penso kantiano como um conjunto de condições lógicas e o ego transcendental husserliano como operador de sínteses das consciências. A concepção fenomenológica diz que a consciência é consciência da sua existência, ao mesmo tempo, que é consciência de um objeto transcendente no mundo. Assim, nada justifica um princípio subjetivo de unificação das consciências, pois a unidade das consciências reside no objeto, ou seja, é o objeto que une as diferentes consciências ao se tornar o foco de suas percepções e intenções. Além disso, Sartre enfatiza a individualidade da consciência, afirmando que essa individualidade é inerente à própria natureza da consciência. A consciência é vista como pura, absoluta e espontânea, o que significa que cada consciência é única em sua maneira de experimentar e interpretar o mundo

Não há motivos para inserir um ego constituinte na imanência da consciência, nem fundir o eu psíquico e psico-físico numa consciência transcendental à maneira de Husserl (SARTRE, 2010). Dizer uma consciência equivale a equacionar as intencionalidades como unidade de consciência no objeto transcendente (BOCCA, SILVA, 2019). A resposta tanto aos neokantianos franceses quanto a Husserl em *“Ideias I”* é negativa, a respeito do ego como estrutura das sínteses das consciências, segundo Sartre (2010, p. 186):

1° que o campo transcendental se torna impessoal, ou, se se preferir, “pré-pessoal”, ele é sem Eu; 2° que o Eu não aparecesse senão no nível da humanidade e que não é senão uma face do “eu [mim]”, a face ativa; 3° que o Eu penso pode acompanhar nossas representações porque ele surge sobre um fundo de unidade que ele não contribuiu para criar e que justamente é esta unidade prévia que o torna possível, não o contrário 4° que se está livre para perguntar se a personalidade (mesmo a personalidade abstrata de um Eu) é um acompanhamento necessário de uma consciência e se não se pode conceber consciências absolutamente.

A suspensão de todas as pressuposições sobre a realidade objetiva para se concentrar na pura experiência subjetiva da consciência evidencia um campo transcendental anterior ao sentido psíquico-físico e físico (SILVA, 2013). A pessoalidade da consciência resulta ao fazê-la abrigo de um ego puro. Ela não precisa de um ego ou sujeito transcendental para operar ou unificar sua individualidade, pois a substancialização compromete a sua translucidez e espontaneidade.

A consciência constitui a si mesma através dos atos intencionais, sem a necessidade de uma instância transcendental de cunho idealista e solipsista (CARRASCO, 2013). Não há espaço para a existência de um ego transcendental anterior a cada consciência (SARTRE,

2010). A fenomenologia para Sartre mostra o quanto a intencionalidade legitima a impessoalidade, a consciência se constitui como uma interioridade aberta e translúcida. Contudo, os neokantianos caíram em erro ao substancializar a consciência com o ego real, não tão diferente, René Descartes, insere na estrutura da consciência um ego pensante.

Eu sou, eu existo: isto é certo; mas por quanto tempo? A saber, por todo o tempo em que eu penso; pois poderia, talvez, ocorrer que, se eu deixasse de pensar, deixaria ao mesmo tempo de ser ou de existir. Nada admito agora que não seja necessariamente verdadeiro: nada sou, pois, falando precisamente, senão uma coisa que pensa, isto é, um espírito, um entendimento ou uma razão, que são termos cuja significação me era anteriormente desconhecida. (DESCARTES, 1988, p. 94).

Com a dúvida metódica, Descartes chega à evidência de um ego por intermédio do pensamento, penso, logo existo (*cogito, ergo sum*). No entender de Sartre (2010, p. 190) “é inegável que o Cogito é pessoal. No “Eu penso” há um Eu que pensa.” O problema se passa pela razão do cogito proposto em “*Meditações Cartesianas*” aparecer como uma pré-consciência, anterior à relação do sujeito com o mundo. O ego encontra-se desprovido da experiência de mundo, o que aponta uma certeza solipsista (BOCCA, DA SILVA, 2019).

O cogito cartesiano afirma a pessoalidade da consciência pela unificação de consciência (pensamento) e ego (SILVA, 2004). “É mesmo evidente que é por ter acreditado que o Eu e penso são no mesmo plano que Descartes passou do cogito à idéia de substância pensante.” (SARTRE, 2010, p. 194). Sartre critica Descartes por ter confundido a atividade do pensamento com atividades existenciais, de maneira a unir o “eu penso” com o “eu existo”.

O “eu penso” é um ato de consciência que se concentra na atividade cognitiva de pensar, enquanto o “eu existo” é um ato de consciência do sujeito se constituir como ser-no-mundo. Para Sartre, essa fusão é problemática porque o ego pensante não passa de uma abstração teórica, o qual não tem existência real na consciência (BOCCA; Da SILVA, 2019). Assim, a consciência que diz eu penso não é a mesma que diz eu existo, há uma separação nítida que os neocartesianos perceberam para Sartre (2010, p. 190-191):

Mas é necessário lembrar que todos os autores que descreveram o Cogito consideraram-no como uma operação reflexiva, isto é, como uma operação de segundo grau. Este Cogito é operado por uma consciência dirigida para a consciência, que toma a consciência como objeto. Entendamos: a certeza do Cogito é absoluta pois, como diz Husserl, há uma identidade indissolúvel da consciência reflexionante e da consciência refletida (na medida em que a consciência reflexionante não saberia existir sem a consciência refletida).

A consciência que aprende e põe o objeto transcendente Sartre chama de irrefletida (primeiro grau) ou não-tética. A exemplo de ler um livro ou vivenciar uma situação de modo imediato, a consciência transcende em direção ao ato fenomênico. A consciência ao colocar a

si mesma como objeto de reflexão, ou seja, refletir sobre a consciência irrefletida, Sartre chama define como reflexionante (reflexiva ou de segundo grau). O cogito cartesiano não passa de uma síntese de consciências. Toda vez que o sujeito pensa suas experiências de mundo, uma lembrança, por exemplo, a consciência toma como objeto de intencionalidade ou reflexão a si mesma, o que garante a certeza absoluta do cogito.

A distinção entre dois tipos de consciência: a irrefletida e reflexiva, respectivamente, cogito pré-reflexivo e cogito reflexivo, explica a origem do ego. A consciência irrefletida, não posicional de si, apenas intenciona a pessoa, garrafa, árvore, ação, “quando corro atrás de um bonde, quando olho o relógio, quando me absorvo na contemplação de um retrato, não há Eu.” (SARTRE, 201, p. 193). É a consciência reflexiva (tética), que traz à tona a presença do ego transcendente ao ser posicional de si mesma. A consciência, ao resgatar a lembrança de que correu para pegar o bonde, o ego se faz presente no ato vivenciado.

O ego não passa de um objeto transcendente originado da consciência que reflexiona a si mesma, exemplo de ter jogado uma partida de xadrez, pintado um quadro ou ódio que foi despertado pela atitude de uma pessoa. Em outras palavras, a consciência ao posicionar a si mesma, o ego se faz presente como síntese das vivências intencionais passadas. Essa operação da consciência reflexiva resulta no “eu psíquico” (não uma coisa real), que atua na síntese de estados, qualidades e ações (SARTRE, 2010). Em outras palavras, o ego é um pólo transcendente de unidade sintética das experiências dos estados psíquicos (SILVA, 2004).

A impessoalidade e interioridade da consciência jamais poderá ser reduzida ao ego transcendental ou substância pensante, por nada que lhe possa substancializar em seu próprio campo de imanência. A intencionalidade legitima a soberania da consciência a direcionar a exterioridade sem a precisão de um núcleo invariável que sintetiza e unifica as consciências (BOCCA; DA SILVA, 2019). A mesma crítica dirigida às teorias do ego interior, Sartre aponta para a teoria material do ego (mim)” na consciência transcendental.

Segundo Sartre (2013), os psicólogos propõem a presença material do ego "(Mim)" em todo ato de consciência. Não diferente, a teoria do "amor próprio" pelos moralistas sugere que o "ego" deseja para si mesmo todos os objetos, de modo que as paixões humanas derivam de seu apelo ao objeto intencionado. Os estados de amor ou ódio, por exemplo, partiriam do ego imanente à consciência como causa da ação de solidariedade ou repulsa. Assim, o retorno da consciência para si mesma seria em função do ego.

O erro para Sartre (2013) dos moralistas parte da inversão entre consciência irrefletida e a refletida, a exemplo, “Paulo ao ajudar Pedro em perigo”, não seria possível sem que antes houvesse um estado desagradável em Paulo, que toma Pedro como objeto de purificação.

Entretanto, a primazia da consciência irrefletida sobre a reflexiva significa que Paulo somente formula algum juízo ou sente compaixão por Pedro, a partir do ego que vivenciou tal estado, não ao contrário, a consciência irreflexiva como causa da reflexiva.

A consciência irreflexiva vive a intencionalidade imediata do objeto, enquanto a reflexiva rememora as vivências. A consciência não se fragmenta em duas, como se fosse uma posicional de si e outra não-posicional, o que ocorre são momentos temporais de ser consciente, os quais terminam numa síntese de consciência. Como bem expõe Moutinho (1995a, p. 47):

Não que eu esteja todo o tempo vendo a mim mesmo, reflexivamente, como se fosse dois. Não, ao contrário; a atitude mais frequente é a irrefletida, isto é, aquela em que sou consciência deste objeto e de nada mais. Entretanto, ela é consciência deste objeto e de si mesma de uma só vez.

A consciência se posiciona como presença de si, sem qualquer intermediário, seja um ego formal ou material. Em cada ato intencional, novas consciências surgem em relação à presença imediata ou reflexiva do objeto, originando um fluxo de consciência totalizadora. Esses modos da consciência se posicionar em relação a si e ao objeto intencionado são modos da consciência unificar-se e realizar a síntese das vivências (SARTRE, 2013).

Conforme o lema da fenomenologia, toda consciência é consciência “de” alguma coisa. A intencionalidade que possibilita a consciência se correlacionar com o ego. A má compreensão sobre a origem do ego explica a razão dos psicólogos defenderem que ele assume a primazia sobre as vivências intencionais. A consciência é constituinte e o ego constituído. O amor e ódio, por exemplo, são transcendentem à consciência, propriamente estados de suas vivências, pelos quais o ego se faz presente na unificação de tal estado pela consciência.

O ego não é uma substância ou entidade separada do mundo, mas sim uma atividade da consciência reflexiva, por ser passivo jamais atua como núcleo na consciência que impulsiona a sua autonomia intencional. Embora seja um objeto psíquico para a consciência reflexiva, o ego atua na síntese dos estados, qualidades e ações, ou seja, “O ego está para os objetos psíquicos assim como o Mundo está para as coisas.” (SARTRE, 2010, p. 209).

O ego (Mim)⁷ não passa de uma criação necessária da consciência reflexiva ao reviver as experiências da consciência irrefletida. Entretanto, segundo Sartre (2013), ocorre uma inversão pela espontaneidade da consciência, de maneira que ela se sente confortável com o

⁷ “O “Mim” apenas aparece com o ato reflexivo e como correlato noemático de uma intenção reflexiva. Começamos a entrever que o Eu e o “Mim” não são senão um só. Nós experimentaremos mostrar que este Ego, cujo Eu e o “Mim” são a dupla face, constitui a unidade ideal (noemática) e indireta da série infinita de nossas consciências refletidas.” (SARTRE, 2010, p. 200).

ego aparecendo como o criador dos estados e ações, conseqüentemente de si mesma. O que evidencia uma questão ética em *Transcendência do Ego*. em razão da consciência submeter a sua soberania ao objeto psíquico transcendente passivo (SILVA, 2004). Como bem nota Pedro Alves (1994, p. 9):

[...], o problema da constituição do *Ego* adquire à partida uma conotação *ética* e *existencial* que estava completamente ausente das versões crítica e fenomenológica da filosofia transcendental. Esta “saída” da consciência para fora de si [...] que a consciência toma em relação a si própria – como se ela, identificando-se com o *constituído* e obnubilando a sua absoluta espontaneidade de consciência *constituente*, se quisesse fixar e compreender sob a forma estável e passiva de uma coisa -, esta falsa representação que a consciência cria respeito de si é, desde logo, entendida por Sartre como um comportamento de *fuga* perante a “vertigem” de uma liberdade excessiva, insuportável, e conseqüentemente como uma forma inautêntica de consumação da sua relação a si mesma. (SARTRE, 1994, p. 9).

A consciência ao negar a sua espontaneidade levanta um problema moral. A liberdade e a responsabilidade são características intrínsecas das escolhas e ações humanas. A consciência ao ser operada por uma personalidade imanente retira a responsabilidades do sujeito pelas próprias vivências intencionais, ou seja, a realização de uma ética existencial autêntica.

A perda da liberdade absoluta da consciência pelo ego transcendental compromete a relação entre ação e situação na criação inédita da essência valorativa (BOCCA; SILVA, 2019). O ego assume o papel de atribuir sentido e responsabilidades às experiências intencionais, o que condiciona uma falsa sensação de fuga da consciência. Tudo se passa pela ausência de liberdade do sujeito, se escondendo atrás de desculpas, determinações e demais circunstâncias.

Por que a consciência abriria mão de sua soberania sobre o seu campo de imanência ao alienar-se ao ego? Segundo Sartre (2010), a consciência assusta com as infinitas possibilidades de transcendência, por isso, decide abrir mão da liberdade, como se fosse abrigar-se no Ego que criou, absorver-se nele, fazer dele sua guarda e sua lei. Esse comportamento de fuga da consciência perante a sua liberdade parte do próprio agente moral em tentar aliviar a angústia em ser liberdade (SILVA, 2004).

A falsa autonomia do ego como imanente e transcendente camufla a espontaneidade, assumindo as escolhas e situações contingentes como uma relação causal. Caso o ego fosse realmente um núcleo operante na consciência, ele retiraria a experiência direta com os estados, qualidade e ações, assegurando certa instabilidade das escolhas e ações. O sujeito deixaria de empreender as vivências em situações, o que resultaria numa falsa sensação de determinação em meio às contingências e facticidade da vida.

Toda a artimanha da consciência de mascarar a espontaneidade por um sujeito psicológico não passa de uma peça, onde ela é atriz e, ao mesmo tempo, espectadora. A verdade de ser absolutamente espontaneidade vem à tona pela “*fatalidade da espontaneidade*”⁸, significa que toda vez que a consciência almeja a perda da intencionalidade em prol de um ego com poder de síntese das suas vivências, a condição de seu ser (pura translucidez), se põe bruscamente como uma liberdade totalizadora (SARTRE 2010). A tentativa do sujeito de aliviar de certa forma a responsabilidade pelas vivências e experiências intencionais não é bem sucedida devido a sua própria natureza de autodeterminação.

Nós podemos, então, formular nossa tese: a consciência transcendental é uma espontaneidade impessoal. Ela se determina à existência a cada instante sem que nada se possa conceber antes dela. Assim, cada instante de nossa vida consciente nos revela uma criação ex nihilo. Não uma *arranjo* novo, mas uma nova existência. (SARTRE, 2010, p.224).

A narração da expressão subjetiva no mundo não pode ser predicada a priori ou por antecipação pelo ego. Através dos atos intencionais de criação, novos estados, ações, qualidade surgem pela liberdade, novas essências em situação. Para Sartre, não há nada que determine as escolhas e ações, exceto a própria consciência e sua espontaneidade impessoal.

A consciência não encontra refúgio por detrás de um ego transcendental ou material, nem entre coisas, pessoas. O ego jamais exerce qualquer autonomia por ser passivo em relação às escolhas e ações. É na contingência adversa dos fenômenos sociais e naturais, que o sujeito se (re)inventa.

O homem a partir de sua liberdade cria o valor sem imposição ou mediação interior, livre de qualquer determinação egológica. Toda tentativa da consciência em negar a transcendência ou ceder ao ego, “basta um simples ato de reflexão para que a espontaneidade consciente se arranque bruscamente do eu e se dê como independente, [...]” (SARTRE, 2010, p.227). A consciência não precisa do ego, a fatalidade da espontaneidade mostra a recusa da consciência substancializar em seu campo de imanência.

A recusa da consciência em ser velada pela própria criação (ego), mostra que o agente moral não pode libertar-se da liberdade, em outras palavras, o homem está condenado a ser livre. As condutas éticas jamais podem ser renunciadas e compartilhadas por uma instância

⁸ “Não há mais barreiras, mais limites, mais nada que dissimule a consciência a ela mesma. Então, a consciência, apercebendo-se daquilo que se poderia chamar a fatalidade da espontaneidade, angustia-se completamente: é esta angústia absoluta e sem remédios, este medo de si, [...] que nos parece constitutivo da consciência pura e é ela que dá a chave da perturbação “psychasthénique” de que falávamos.” (SARTRE, 2013, p. 226).

psíquica transcendental ou material (SILVA, 2004). A consciência tendo como própria referência a liberdade, em vez de, um núcleo operante transcendental como mediador nas relações exteriores e internas.

Nesse viés, Sartre contra-argumenta radicalmente as concepções filosóficas que afirmam um ego transcendental e material na imanência da consciência. Todo o esforço do jovem francês converge para mostrar que consciência jamais poderá ser pessoal e passiva, pois o ego não desfruta de uma existência autônoma (BOCCA; SILVA, 2019). O jovem Sartre acredita ter cumprido com êxito a refutação das teorias que postulam o ego na estrutura da consciência. O ego expulso da consciência passa a ser um objeto psíquico transcendente, não transcendental.

Sartre rejeita a noção de um ego transcendental responsável pela estrutura e realização das sínteses e unidade da consciência. A consciência não depende de uma entidade externa ou interna para dar sentido e unidade às suas experiências. A intencionalidade como o modo de ser da consciência deve a própria capacidade de se autounificar as consciências passadas, que permite a Sartre defender a tese do ego transcendente (CARRASCO, 2013).

A ausência de ego operante na consciência revela o quão fecunda a fenomenologia pode ser para uma filosofia moral existencialista (SILVA, 2004). A tentativa de autonegação da consciência ao pretender tornar o ego como causa e origem de suas ações, estados e qualidades, conseqüentemente, de si mesma, implica em conseqüências morais negativas. A autonegação é uma forma de exercer a liberdade, pois nada *a priori*, valores prévios, nem uma substância interior podem justificar as escolhas e ações.

A proposta de uma ética fundamentada numa consciência impessoal, a qual se expressa entre pessoas, coisas, na rua, na cultura, parte da condição existencial humana como ser-no-mundo (SILVA, 2004). Isso que o jovem francês nos passa nas últimas linhas do ensaio “*A Transcendência do Ego*”, de que, “nada mais é necessário para fundar filosoficamente uma moral e uma política absolutamente positivas.” (SARTRE, 2010, p. 228). A subjetividade despida de uma substância mediadora implica na responsabilidade moral pela guerra, a fome, dor, por exemplo, que não podem ser transferidas.

A intencionalidade supõe justamente a experiência do sujeito com a vida concreta. Sartre evita cair num idealismo transcendental, “a atividade da consciência – a experiência dos vividos – não apenas não se confunde com o Ego como nos dá as coisas em carne e osso, em seu momento constitutivo” (CARRASCO, 2013, p. 80). Entende-se, então, como o encontro do sujeito com o ego através da consciência reflexiva permite que se narre a sua história de maneira inédita a cada ato intencional, sendo responsável eticamente pelas vivências (in)autênticas constituídas sempre em liberdade.

CAPÍTULO 3

3.1 A transcendência da realidade humana em busca da identidade valorativa

O ser humano, para Sartre, surge no mundo de maneira gratuita e absoluta, acontecimento que não coloca como fundamento do ser seu próprio ser, existindo primeiro para se-fazer depois. Diferente dos objetos e seres em geral que são em si mesmo, o homem não explica o seu ser, porém compreende a sua relação com o mundo. A abertura pela falta de uma identidade implica na autonomia da subjetividade em busca de uma essência valorativa. Em outras palavras, a liberdade como condição do agir humano traz o valor à existência a partir de vivências, escolhas e ações.

Sabemos que a consciência se caracteriza como pura translucidez por não conter nenhum ego ou valor *a priori* em seu campo de imanência, ela se movimenta intencionalmente para a exterioridade. Contudo, o que impulsiona a consciência a se lançar para fora de si? Qual o fundamento da liberdade humana? O que torna possível o valor? O que é o nada no âmago do ser para-si? Qual o papel da consciência reflexiva frente às escolhas e ações? O que é o valor? É possível a constituição de uma identidade imutável? Para a exploração dessas interrogações, analisa-se o capítulo I da obra “*O ser e o nada*”, intitulado “*As estruturas imediatas do Para-si*”, de maneira a aprofundar na compreensão do homem em relação ao mundo em busca de uma identidade valorativa.

O ser humano, de acordo com Sartre (2015), emerge no mundo como um ser de ação, uma consciência intencional, constantemente transcendendo em busca do que não é, o "si". Isso se deve à própria estrutura do homem como o ser que não é o que é e é o que não é. É precisamente por não ser uma plena positividade, como as coisas, objetos e seres em geral, que a liberdade e o valor se tornam possíveis nos limites da facticidade do ser para-si .

A consciência, como movimento intencional, está sempre direcionada a algo que ela não é ou não possui. Por outro lado, os objetos e seres em geral, chamados de "ser-em-si", são o que são, têm uma identidade própria, não se relacionam e nem sentem falta de coisa alguma, são pura positividade. Sartre (2015) denomina o ser humano, ou melhor, a consciência, como "ser-para-si". O ser-para-si está constantemente se movendo "para" algo, ou seja, em direção ao "si", que ontologicamente se coloca como sua falta de ser. Segundo Leopoldo e Silva (2004, p. 176):

O para-si se remete a si não enquanto pressuposto de si, mas enquanto, constante movimento em direção uma possível posição de si. Pois aquilo que seria o núcleo anteposto ao si do para-si é o nada. O nada está, portanto, inscrito na origem do para-si ou no não lugar de seu fundamento. [...]. Como a consciência-de-estar-no-mundo é consciência dessa presença ausente? Pela

consciência da falta, ou do não ser no próprio núcleo da consciência de si do para-si.

O ser humano anseia pelo "si" ou si-mesmo como em-si, de modo a ter uma identidade. “Isso quer dizer que o para-si deseja determinar o seu ser como coincidência pura: ser é coincidir consigo mesmo, na absoluta consistência.” (SILVA, 2004, p. 171). Essa busca permanente pela realização do si que impulsiona a transcendência da consciência, propriamente a direcionar-se em relação a algo que ela não é.

Sartre enfatiza que o desejo pelo si não é um processo estático, mas um movimento dinâmico e contínuo (COX, 2011). Pois, o ser humano está constantemente se fazendo através de suas escolhas e ações, a fim de tornar-se aquilo que ele aspira ser, o que não é. “O para-si é o ser que se determina a existir na medida em que não pode coincidir consigo mesmo”. (SARTRE, 2015, p. 127). A essência da consciência é justamente o movimento em direção ao "si", a falta de uma identidade valorativa.

A ação humana se torna possível porque a consciência não está fechada em si mesma, mas é uma "descompressão do ser", não coincidência consigo (SARTRE, 2015). A tarefa incessante de Sartre em purificar a consciência de qualquer ego material e formal, em contraposição a Descartes e sua afirmação do cogito e a Husserl com seu ego transcendental em *"Ideias I"*, fica evidente na definição do homem como o ser que carrega o "nada" em seu ser.

O nada é o ato pelo qual o ser coloca em questão seu ser, ou seja, precisamente a consciência ou Para-si. Estando o ser-em-si isolado de seu ser por sua total positividade, nenhum ser pode produzir ser e nada pode chegar ao ser pelo ser, salvo o nada. [...]. Sem dúvida, vem ao ser por um ser singular, que é a realidade humana. Mas este ser se constitui como realidade humana na medida em que não passa de um projeto original de seu próprio nada. A realidade é o ser, no seu ser e por seu ser, fundamento único do nada no coração do ser. (Sartre, 2015, p. 127-1280).

O "nada" surge como a falta de uma essência pré-determinada, como a ausência de um fundamento último que determina a existência da consciência. Essa dimensão do "nada" é uma presença constante na consciência reflexiva, uma vez que ela se volta para si mesma. (SILVA, 2004). Ao voltar para si, o homem se confronta com a sua própria liberdade e a falta de uma essência fixa.

Sartre (2015) aponta a necessidade de voltar à análise do cogito pré-reflexivo sem substancializar a consciência, pois é a partir dele, rumo à totalidade da existência, que o estudo da realidade humana deve começar. O erro de Descartes foi considerar o "eu penso" como uma verdade instantânea, ignorando a facticidade do ser-para-si no mundo (SILVA, 2004). O

filósofo francês caiu na armadilha de substancializar a consciência por meio do ego, o que reduziu o ser da consciência ao ser do ser em-si (COX, 2011).

O cogito se movimenta em direção ao ser, qualificando-se em sua existência, à medida que carece de algo para ser o que é, a coincidência consigo mesmo. Assim, Sartre rejeita a identidade do ser-para-si baseada no ego ou em qualquer outra substância dentro do campo de imanência da consciência (SILVA, 2004). O cogito está irrevogavelmente ligado ao ser, ao ser em-si, não como um pensamento em relação ao seu objeto - o que tornaria o ser em-si relativo - mas como a carência que define a sua própria falta (SARTRE, 2015).

A essência do cogito remete a consciência para fora de si ao mesmo tempo que a nadifica como falta de ser (SARTRE, 2015). A consciência pré-reflexiva ou cogito pré-reflexivo desempenha um papel fundamental na filosofia de Sartre, pois é a partir dela que podemos alcançar uma compreensão mais profunda da realidade humana. É a nadificação que dá origem à transcendência relacional entre ser para-si e o ser-em-si. A consciência, ao se voltar para si mesma, abre espaço para a dimensão reflexiva, a não coincidência consigo mesma e a presença do "nada" que se manifesta.

O cogito deve nos levar necessariamente a descobrir esta presença total inatingível do Em-si. E, sem dúvida o fato desta presença será a própria transcendência do Para-si. Mas, precisamente, é a nadificação original a transcendência concebida como vínculo original entre o Para-si e o Em-si. (SARTRE, 2015, p.135).

A consciência é essencialmente relacional, está em constante interação com o mundo e os objetos que ela visa. A consciência direciona seu olhar para si mesma, verifica que não pode ser reduzida a um objeto ou ser-em-si. De acordo com Sartre, "descompressão de ser" significa que a consciência tem uma distância de si, diferente do ser em-si que é plenitude de ser, pois não tem nenhuma distância de si mesmo.

A partir do cogito pré-reflexivo a consciência do torna-se consciente da presença a si, ou seja, o ser para-si que não pode coincidir consigo mesma. Através da descompressão, o homem se torna consciente de sua própria condição de ser uma abertura pelo nada (SARTRE, 2015). A fissura, o nada, é a razão da consciência ser intencionalidade, o livre movimento em busca de preencher a falta com o si. O preenchimento do nada por uma identidade sólida é fadado ao fracasso, pois confronta a inevitável dimensão do seu ser, o qual expulsa qualquer tentativa de substancialização. Conforme sublinha Franklin:

É nesse sentido que se pode dizer que a descoberta envolvida no *cogito* não é a descoberta do ser da consciência em sua plenitude e consistência, mas descoberta do para-si como nada, na sua absoluta inconsistência. [...]. Se a consciência fosse uma coisa ou uma substância, ela poderia ser seu próprio fundamento, ou então identificar o seu fundamento numa substância superior,

como faz Descartes quando fundamenta a existência da consciência em Deus. (SILVA, 2004, p. 173).

O homem ao se descobrir como aquele que não possui uma natureza pré-determinada, torna-se consciente pela responsabilidade de criar a sua essência valorativa como ser-no-mundo. Enquanto o ser em-si é o que é, sendo denso e puramente positivo, sem a necessidade de relacionar com algo externo (SOUZA, 2019). O ser para-si está constantemente em um processo de autotranscendência, buscando constantemente deixar de ser falta de ser.

A falta de ser se manifesta na realidade do mundo humano como negação de ser o que não é. Em outras palavras, “o para-si, como fundamento de si, é o surgimento da negação, fundamenta-se na medida em que nega de si certo ser ou maneira de ser. Aquilo que nega ou nadifica, como sabemos, é o ser-Em-si.” (SARTRE, 2015, p. 139). Essa negação é uma característica essencial do para-si, pois implica em nadificar como ausência de identidade fixa. Nesse sentido, há uma abertura para a liberdade, a possibilidade de se relacionar com os outros e seres em-si. Como sublinha SOUZA (2019, p. 42):

É porque é desejo de “si”, movimento em direção ao ser que ele não é, que o homem é livre. A liberdade não é então uma qualidade “positiva” que seria acrescentada ao modo de vida da pessoa: ela é o sinônimo do Para-si, ela é o homem porque a este falta o ser, porque este nada de ser é e, portanto, porque nada o determina, nada o completa, nada o define.

O "nada" é um elemento fundamental nesse processo, pois é a partir dele que a consciência é intencional, movimento para o ser em-si. É através dessa falta que a consciência se torna capaz de projetar-se para além de si mesma, em busca de identidade valorativa e sentido existencial. A ausência do si não é apenas uma limitação ou uma carência, mas a possibilidade de transcendência.

A transcendência impulsionada pela falta de ser se manifesta como uma negatividade interna, a qual motiva a ação em direção ao si. Segundo Sartre (2019), a falta como negação interna está pautada numa trindade: i) O faltante, aquilo que está em falta, o "si" ou o ser em-si; ii) O existente, o indivíduo ou aquele a quem falta algo; iii) O faltado, a síntese entre o faltante e o existente, ou seja, o ser-em-si-para-si. Dessa forma, a existência humana é um transcender contínuo em busca pelo "si", uma identidade que jamais pode ser alcançada. Por isso:

A realidade humana é sofredora em seu ser, porque surge no seu ser como perpetuamente impregnada por uma totalidade que ela é sem poder sê-la, já que, precisamente, não poderia alcançar o Em-si sem perder-se como Para-si. A realidade humana, por natureza, é consciência infeliz, sem qualquer possibilidade de superar o estado de infelicidade. (SARTRE, 2015, p. 141).

A realidade humana surge como um acontecimento absoluto e ontológico, destinada a fracassar em superar o nada. O homem, ao se confrontar com a falta de ser na contingência e possibilidade de algo, ainda que provisório, instituiu uma essência valorativa a partir da liberdade. A falta de ser conduz a consciência a confrontar o estado de infelicidade com o ser dos possíveis, de maneira a atribuir valor a cada experiência intencional.

O valor se revela como uma dimensão fundamental da existência humana, o “si” desejado pelas escolhas e ações (MOUTINHO, 1995). De acordo com Sartre, o valor emerge da ação intencional em relação ao mundo, sendo vivenciado de maneira concreta e singular dentro dos limites da facticidade. O valor torna-se a expressão do desejo do ser humano em sua busca pela identidade.

Podemos agora determinar com mais nitidez o ser do si: é o valor. Com efeito, o valor. [...]. Mas o valor tem por sentido ser aquilo rumo ao qual o ser transcende seu ser: todo ato valorativo é arrancamento do próprio ser rumo a ... Sendo sempre e em qualquer e para qualquer parte Para-além de todos os transcendentais, o valor pode ser considerado a unidade incondicionada de todos os transcendentais de ser [...]. É o faltado de todas as faltas, não o faltante. (SARTRE, 2015, p. 143-144).

O homem transcende os limites de sua facticidade e se constitui como um agente ativo na construção de sua própria identidade valorativa. Através de seus atos intencionais, a consciência visa realizar seu próprio ser ao conferir significado às suas escolhas e ações (MOUTINHO, 1995). Para Sartre (2015), a falta de ser e a liberdade são elementos centrais para a compreensão da realidade valorativa do ser para-si frente ao mundo como ser em-si.

O mundo se põe para o homem como uma estrutura que precisa ser continuamente transcendida em direção ao “si” que lhe falta, a fim de ser aquilo que ainda não é. Sartre (2019) denomina a relação entre o para-si e o mundo de circuito da ipseidade. Nesse circuito, o para-si se relaciona com o mundo como uma presença-ausente, ou seja, o mundo é tanto uma realidade objetiva quanto uma possibilidade subjetiva de realização do valor (SILVA, 2004).

O homem se relaciona com o mundo de forma ativa, questionando, negando, inferindo possibilidades, agindo sobre o ser em-si, de modo a atribuir significados às suas experiências. Essa relação entre o para-si e o mundo é marcada pela tensão entre o que é vivido e o que pode ser alcançado como possibilidade de ser. Dessa forma, o circuito da ipseidade representa o constante movimento do para-si em direção ao si, a fundamentar a sua identidade valorativa, de modo a sucumbir o nada do seu ser.

As relações subjetivas e concretas do homem com o mundo objetivam encontrar uma coincidência consigo mesmo. O para-si, através da espontaneidade de sua liberdade, se esforça para alcançar a constituição de valores pelas suas escolhas e ações (MOUTINHO, 1995). A

busca por preencher a lacuna, o vazio existencial, pelo si do valor, também se dá através da tentativa de identificação com o ego.

Sartre retoma a questão do ego na obra “O ser e o nada”, porém se referindo a ela como estando resolvida desde “*A Transcendência do Ego*”. O ego se caracteriza para a consciência reflexiva como o "em-si" (SARTRE, 2019). A consciência lhe posiciona como fenômeno transcendente que supostamente poderia preencher a fissura existencial do ser. Entretanto, toda artimanha da consciência em coincidir com ego, ela é remetida ao nada, o qual separa a realidade humana de si mesma.

O ego não pode ser habitante da consciência, ela por essência está liberta de uma identidade fixa por ser pura translucidez. O ego se manifesta apenas como um dos aspectos da personalidade, compreendendo os estados psicológicos, ações e qualidades (SARTRE, 2015). Enfim, o ego não passa de uma interação da consciência com o mundo e com os outros, sendo moldado pelas experiências, crenças e condicionamentos.

Sartre defende uma consciência impessoal em “*Transcendência do ego*”, porém fala de pessoalidade da consciência do capítulo em o “*Ser e o nada*”, propriamente no capítulo em análise. O filósofo mantém a defesa de um campo transcendental puro, sem ego, referindo a pessoalidade da consciência como a nadificação do movimento intencional para si mesma. Ao reconhecer a natureza transitória de qualquer identificação com o si, o ser para-si se abre para a compreensão da pessoalidade como presença-ausente. (SARTRE, 2015).

O homem em essência é liberdade, devido à distância do si e ao mundo pelo nada. Segundo Sartre (2015), é importante compreender que o "nada" não deve ser entendido como uma completa ausência de significado. A ausência de fundamentação condiciona a consciência em constante projeção para o futuro, criando seu próprio sentido e valor a partir das vivências intencionais. É nessa dinâmica de transcendência que homem se torna moralmente responsável pelas escolhas e ações.

A consciência reflexiva desempenha um papel central no julgamento moral. Ela que se volta para si mesma, responsável por avaliar, julgar e tomar decisões morais. Ao posicionar as escolhas e ações, o sujeito se responsabiliza plenamente pelo sentido valorativo do ato intencional em situação.

Assim, a consciência reflexiva pode ser chamada propriamente falando de consciência moral, uma vez que não pode surgir sem desvelar ao mesmo tempo os valores. Daí que permaneço livre em minha consciência reflexiva, para dirigir minha atenção aos valores ou para negligenciá-los, [...]. Mas seja ou não objeto de uma atenção circunstanciada, os valores são. (SARTRE, 2015, p. 146).

O valor se torna posicional a partir da consciência reflexiva, a qual põe para si mesma a consciência irrefletida. “A consciência reflexiva, de fato, posiciona a *Erlebnis* refletida em sua natureza de falta e, ao mesmo tempo, resgata o valor como sentido inalcançável do faltado”. (SARTRE, 2015, p. 146). Assim, o valor se apresenta como o si que falta ao existente, um horizonte a ser alcançado como identidade valorativa.

O ser para-si como liberdade toma o valor como o “si”, a fim de coincidência consigo mesmo. O homem ao assumir pela autorreflexão a condição de ser o que não é, a falta do si, abandona as tentativas ilusórias de ser totalmente positividade. A nadificação que permite à subjetividade infestar livremente as escolhas e ações de sentido e valor em situação. Como adverte Souza (2019, p. 113):

Ter essa concepção de uma liberdade que é concreta ao mesmo tempo absoluta, que implica pensar numa responsabilidade também bastante pesada, é muitas vezes vista pela maioria das pessoas como uma filosofia negativa demais, como uma filosofia que nos leva ao desespero, à angústia, a não mais querer agir.

Ao refletir sobre suas experiências, o homem sabe que não pode atribuir a culpa exclusivamente à sua facticidade, a fatores externos ou a causas metafísicas. É sua prerrogativa afirmar, negar ou reafirmar os valores que constituem e guiam sua existência. A liberdade implica exatamente capacidade de autodeterminação do homem e assumir a responsabilidade por suas próprias ações, as consequências que delas advêm.

Sartre enfatiza a responsabilidade individual ao confrontar-se com as limitações, contradições e imperfeições (MOUTINHO, 1995). O homem, ao refletir sobre suas experiências intencionais, encontra a possibilidade de transcender na criação de valores autênticos. Essa reflexão é fundamental para o desenvolvimento de uma consciência responsável, capaz de engajar-se ativamente na busca da identidade valorativa, seja ela boa ou ruim, conforme o si almejado.

O existencialismo sartreano opera a desconstrução metafísica e essencialista sobre o homem. A existência humana como um acontecimento absoluto não surge no mundo com atributos inatos de bem e mal. Sartre atribui a todas morais religiosas que fundamenta a concepção de homem e moral condicionado ao sobrenatural como absurdo e desnecessário. Para Sartre (1970), o existencialismo é um humanismo, pois atribui o surgimento do valor à autonomia da subjetividade em situação.

Sartre extrai todas as consequências do seu ateísmo a partir de uma moral existencialista baseada na liberdade absoluta do homem e no seu compromisso ético. A liberdade como fundamentação de todos os valores não tranquiliza, ao contrário, atribui a total responsabilidade

pelos encadeamentos das essências. Não há espaço para a ideia de uma moral apaziguadora e determinista (SILVA, 2019). À medida que o homem se projeta no mundo tanto doa sentindo ao ato valorativo quanto é julgado pela imagem que materializa aos olhos alheios.

Os homens são capazes de serem éticos, bons e justos, não porque Deus ordena ou a razão determina a priori, mas por ser liberdade. Por ela diz sim ou não, alinhar no compromisso de paz ou trazer o horror aos homens, mulheres, idosos e crianças. Ser é agir, toda ação implica o valor, o si, almejado, de maneira singular ou num projeto comum.

A liberdade como a fissura, o nada, no ser do para-si, circunscreve que ninguém nasce herói ou vilão, mas se-faz em situação. A existência preceder essência significa que a realidade humana corresponde uma constante invenção humana como ser-no-mundo, seja em meio a cultura, religião, política, educação, em tempo de guerra ou paz.

A perspectiva ética existencialista de Sartre fundamenta as suas bases na fenomenologia e ontologia. A compreensão do homem como uma estrutura ontofenomenológica permite compreender a sua necessidade de transcendência em busca de uma identidade valorativa. A falta do si coloca se como porta de abertura para a liberdade ou a intencionalidade da consciência rumo ao ser que ela não é.

As pesquisas fenomenológicas permitiram a Sartre a salvaguardar a liberdade da consciência a partir do conceito de intencionalidade. Dessa maneira, a tese do ego transcendente garante a soberania da consciência, a autenticidade das escolhas e ações, pois não existe nenhum ego transcendental ou material operando em relação às suas vivências intencionais. Os valores vêm ao mundo pela autonomia da subjetividade ou da soberania da consciência.

Com o desdobramento das considerações a respeito da consciência como espontaneidade, a estrutura ontológica do homem está ligada diretamente a transcendência para o mundo exterior. O ideal da ação deve a concretização de ser em-si-para-si, igualar a completude do ser em-si. Embora, o projeto de ser plena identidade seja sempre fracassado, o teor moral do ser para-si, homem, implica nas escolhas e ações, infestando o mundo de sentido e valor.

O valor emerge da ação, cada ato singular representa o projeto ontológico do ser para-si. Ainda que o “nada” se põe no ser do homem como a condição absoluta ontológica, não suprime a responsabilidade moral pelo seu ser. A história humana deve ser compreendida como um mosaico de valores, dialeticamente tecido em situações singulares opostas, entre pessoas engajadas, sempre em liberdade.

CONCLUSÃO

Na conclusão de seu tratado de ontofenomenologia, *“O Ser e o Nada”*, Sartre aponta que “todas essas questões, que nos remetem à reflexão pura e não cúmplice, só podem encontrar sua resposta no terreno da moral. A elas dedicaremos uma próxima obra”. (SARTRE, 2015, p. 765). Como se lê em nota a essa passagem final, o prometido tratado de moral nunca foi publicado. Seus Cadernos para uma moral, um amontoado de quase 600 páginas permaneceu inacabado e publicado apenas após sua morte.

Dentre os vários apontamentos de âmbito moral na vasta produção sartriana, optamos por analisar os elementos conceituais para a interpretação do problema moral. Isso é, o que é homem em seu ser para fazer-se emergir a essência da existência conjuntamente com os valores? Pode-se evidenciar ao longo da trajetória filosófica, especificamente em *“A Transcendência do ego”*, e *“O Ser e o Nada”*, as categorias conceituais fundamentais, como liberdade, consciência intencional, ego, ser em-si, ser para-si e o nada, fundamentais para uma possível base teórica ética existencial em Sartre.

Apesar da ausência de uma obra específica sobre a ética, a associação entre temas centrais do pensamento de Sartre e a questão moral não passou despercebida pelos primeiros leitores da proposta existencialista, como se pode notar no teor do debate que sucedeu a publicação de *“O Ser e o Nada”* e que foi registrado, em forma de conferência, em *“O existencialismo é um humanismo”*.

Na perspectiva filosófica existencialista sartriana, a compreensão da condição humana está intrinsecamente ligada ao campo da moralidade. Sartre argumenta que o homem não pode ser definido, pois não possui uma essência ou natureza predefinida. Ele enfatiza que o homem está lançado no mundo, sem nenhum destino ou propósito exterior. Não há uma moral transcendente, ou seja, uma moralidade baseada em princípios divinos ou objetivos universais.

Segundo Sartre, os valores emergem a partir da existência individual de cada ser humano, à medida que ele se relaciona e interage com o mundo. Os valores não são algo dado ou imposto externamente, mas são construídos por meio das escolhas e ações do indivíduo. Nesse sentido, a responsabilidade ética recai sobre cada pessoa, uma vez que ela é livre para criar seus próprios valores e determinar sua conduta moral.

Assim, Sartre rejeita a moral cristã, que se baseia em preceitos divinos, porque considera que esses princípios transcendentais negam a liberdade radical e a responsabilidade total do indivíduo. Da mesma forma, contrapõe-se à razão kantiana, que busca fundamentar a

moralidade em princípios racionais *a priori*, desconsiderando as circunstâncias das relações concretas.

É indivíduo desamparado como ser-no-mundo que confere sentido à sua existência por meio de suas escolhas e ações. A filosofia existencialista sartreana busca partir da subjetividade para compreendê-la como espontaneidade na fundamentação de valores. A concepção de homem em Sartre levanta um problema moral, uma vez que recusa todos os valores que não provêm de uma moral da ação.

A liberdade como condição inerente da condição humana significa que a consciência não pode ser substancialidade em seu campo de imanência. Sartre, então, mostrou o porquê da ética existencialista confrontar a tradição moralista, o que nos condiciona investigar a implicação da concepção da consciência impessoal para a moralidade.

Em “*A Transcendência do ego*” o jovem Sartre elaborou as bases para a concepção de consciência impessoal, a partir da perspectiva husserliana de que a consciência é intencional. Toda consciência é consciência “de” alguma coisa, ela só existe na medida em que está consciente “de” algo. Entre as concordâncias e discordância com Husserl, Sartre refuta a ideia de um ego transcendental por detrás da consciência, como o centro de unificação das experiências intencionais, o que coloca em risco a fenomenologia.

A partir do conceito de consciência impessoal espontânea extraída da noção de intencionalidade de Husserl, Sartre refuta qualquer concepção que insere o ego na consciência. Exemplo, do *cogito* ou eu pensante defendido por Descartes na consciência. O ego material proposto pelos teóricos moralistas, do amor-próprio, como centro dos desejos e paixões na consciência, também foi negado. Visto que, nada opera na consciência como causa do alívio dos estados desagradáveis. A teoria do ego formal como questão de direito não passou despercebida como a proposta pelos neokantianos, uma vez que não há ego na consciência transcendental responsável pela síntese de representações das consciências

A conclusão da descrição fenomenológica da consciência impessoal feita por Sartre é que o ego existe no mundo. O seu surgimento se deve à consciência reflexiva a partir da reflexão, pensamento e memorização, não na consciência irrefletida. O ego aparece à consciência como um objeto psíquico, não pode ser conhecido como objeto no mundo. Sartre nega a natureza transcendental do ego, o que pode ser verificado em Kant e Husserl, passando a designar a consciência transcendental, a qual expulsa o ego de sua estrutura. Ao ego cabe a realizar a síntese das experiências dos estados e ações.

Com o estudo fenomenológico de Husserl, Sartre se distancia das concepções tradicionais sobre o ego na tradição filosófica, o que o levou a elaborar a teoria do ego

transcendente à consciência. O resultado da apropriação do método fenomenológico foi um sujeito sem um operador e regulador das sínteses das vivências, propriamente o ego. A condição de translucidez da consciência permite descrever a sua relação intencional com pessoas e seres em geral, sem perder-se ou subtrair-se como identidade. A espontaneidade da consciência consiste em não ser fundamentado por nada, melhor dizendo, a consciência para Sartre carrega o nada em seu ser.

A compreensão da perpétua transcendência humana, o seu modo de agir em relação a si e ao mundo pode ser explorado em *“O Ser e o Nada”*. A consciência como movimento intencional é a liberdade como projeto, pura translucidez, aberta às possibilidades de concretização do valor. Assim, a consciência transcende como liberdade, justamente por não conter e nem ser fechada em si mesma, ou seja, coincidir consigo mesma.

A relação do ser para-si com o mundo, o circuito da ipeseidade, ocorre pela busca pelo que lhe falta, o “si”. A intencionalidade mostra que no seu ser a consciência depende da relação com este objeto transcendente que é o mundo. Nesse viés, Sartre explica tanto o movimento intencional como manifestação da liberdade para a exterioridade quanto a presença do nada no âmago do homem. A consciência ao colocar em questão descobre a fissura, o nada, que separa da coincidência consigo, tal distanciamento insuperável que Sartre chama de liberdade.

A razão do ser para-si não ser pura positividade implica na condenação à liberdade, a transcender-se perpetuamente em busca de uma identidade valorativa. Primeiro o homem existe e posteriormente se define, a existência precede a essência, na busca individual projeta a realização do valor que dá significado às escolhas e ações. A realização do valor surge como uma consequência intrínseca da busca individual pelo si que falta ao ser para-si.

Para Sartre, a transcendência como liberdade desempenha um papel fundamental na fundamentação dos valores e no processo de autoconstrução. A consciência reflexiva desempenha um papel moral em posicionar, questionar, doar sentido e avaliar o valor das escolhas e ações, para Sartre. O indivíduo é responsável por sua própria realização valorativa. Entretanto, ao projetar e realizar aquilo que considera ser reflexo de sua identidade valorativa ou a criação de sua imagem materializada como ser-no-mundo, para Sartre, engaja toda a humanidade num projeto comum.

A base teórica do engajamento e da liberdade como a moral do compromisso não consta apenas nas obras literárias e filosóficas. Em tempos das grandes guerras, revoluções, crises políticas, econômicas e morais, Sartre não foi indiferente, escolheu e agiu de uma única maneira que a liberdade lhe permitisse ser o que não é, a reinventar-se constantemente como humano. Em cada gesto, comportamento, palavras, resistência, o valor se fez presente à consciência, com

as inevitáveis angústias proporcionadas pela liberdade e responsabilidade das escolhas e ações em situação.

REFERÊNCIAS

- BOCCA, Marivania. Claudinei; SILVA, Claudinei. **Sartre e a unidade da consciência: um breve registro de “A transcendência do ego**. Dossiê: Identidades Latino-Americanas. *Revista do PPG em Filosofia da PUCRS: Intuitio*. v. 12 n. 2, Rio Grande do Sul, 2019.
- BORNHEIM, Gerd. **Sartre: metafísica e existencialismo**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BUENO, Isaque. **Liberdade e ética em Jean Paul-Sartre**. Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- CARRASCO, Alexandre. **Genealogia do psíquico. Ensaio sobre a transcendência do ego- Esboço de uma descrição fenomenológica de Jean-Paul Sartre, primeira parte**. In: Cadernos Espinosanos. São Paulo, 2013.
- COX, Gary. **Compreender Sartre**. Tradução: Hélio Magri Filho. 3.ed. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 2011.
- DESCARTES, René. **Meditações**. Coleção Pensadores. Tradução: Jacó Guinsburg e Bento Prado Jr. Ed. 3ª. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- IMMANUEL, Kant. **Crítica da Razão Pura**. Tradução: Manuela Pinto dos Santos/ Alexandre Fradique Marujão. Edição da Fundação Calouste Gulbenkian Av. de Berna I Lisboa 2001.
- KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. In “Os Pensadores”. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- MOUTINHO, Luiz Damon Santos. **Sartre: Existencialismo e liberdade**. 2ª ed. São Paulo: Editora Moderna, 1995.
- NOBERTO, Marcelo. **O drama da ambiguidade a questão da moral em O ser e o nada**. Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2014.
- NORBERTO, Marcelo S. **O drama da ambiguidade**. São Paulo: Edições Loyola, 2017.
- PERDIGÃO, Paulo. **Existência e liberdade: uma introdução à filosofia de Sartre**. Porto Alegre: L & PM, 1995.
- SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica**. 24ª ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 2015.
- _____. **O existencialismo é um humanismo**. Tradutora: Rita Correa Guedes. Edições Nagel, Paris, 1970.
- _____. **A Transcendência do Ego – esboço de uma descrição fenomenológica**. Tradução de Alexandre de O. Carrasco. In: Cadernos Espinosanos. São Paulo: USP, 2010. n. 22.

_____. **Uma ideia fundamental da fenomenologia de Husserl: a intencionalidade.** In: SARTRE, J. P. Situações, I: críticas literárias. Tradução: Ricardo Leon Lopes. VEREDAS FAVIP, Caruaru, Vol. 2, n. 01, pp. 102–107, jan./jun. 2005.

SILVA, Franklin Leopoldo e. **Sartre e o Humanismo.** São Paulo: Almedina, 2019.

SILVA, Franklin Leopoldo. **A fuga para o em-si.** Ética e literatura em Sartre: Ensaios introdutórios. UNESP, São Paulo, 2004. p.157-184.

SILVA, Franklin Leopoldo. **A transcendência do ego. Subjetividade e narrabilidade em Sartre. Ética e literatura em Sartre: Ensaios introdutórios. UNESP, São Paulo, 2004.** p.33-56.

SILVA, L. D. **A ética sartriana nos limites da liberdade.** Pensando – Revista de Filosofia Vol. 3, Nº 5, 2012.

SOUZA, Thana. **Liberdade e determinação na filosofia sartreana.** Kínesis, Vol. II, nº 03, Abril-2010, p. 13 – 27.

SOUZA, Thana. **Liberdade em Sartre.** São Paulo, Edições 70, 2019.